

# Aberta à renovação

FOTOS: FLÁVIO DUTRA/JU



**UFRGS 80 anos** Iniciativas como o Parklet – instalação de estruturas temporárias em áreas contíguas às calçadas, com o fim de promover o uso do espaço público de forma democrática –, realizado por estudantes em plena Semana Acadêmica da Faculdade de Arquitetura,

simbolizam o quanto a comunidade universitária é capaz de responder a problemas que batem à porta dos cidadãos brasileiros. Em suas oito décadas, a Universidade tem uma história que se confunde com o desenvolvimento de Porto Alegre e de todo o estado. Os

últimos anos têm sido caracterizados pela consolidação de políticas inclusivas e pela expansão dos cursos e das vagas na mais conceituada instituição pública do país segundo o Índice Geral de Cursos do MEC. **CadernoJU**

## MUDANÇA CULTURAL

### Parto humanizado conquista espaço como política de saúde



P11

## JOSÉ PACHECO

### Brasil mais valorizado

O educador que idealizou a Escola da Ponte em Portugal diz que os brasileiros precisam reconhecer o valor de seus intelectuais e defende que o Brasil hoje possui os melhores teóricos, as melhores práticas e os melhores professores. Por outro lado, ele critica o desperdício dos investimentos governamentais em educação. **P9**

## NÃO AO RACISMO

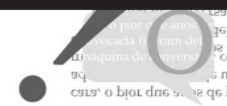
### Coletivo Negração

Movimento que reúne estudantes de diferentes cursos da UFRGS vem promovendo atividades dentro e fora do ambiente acadêmico a fim de incentivar o debate sobre o racismo. O grupo utiliza a arte como ferramenta para disseminar suas ideias tanto nas redes sociais quanto nos espaços públicos da cidade. **P5**

## TELEVISÃO

### Lei de incentivo impulsiona a produção de séries brasileiras

P13



## Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto  
Reitor

# Educação, ciência e desenvolvimento

O ainda recente sistema de ensino superior brasileiro tem sido progressivamente desafiado a revisar sua missão para adicionar o compromisso com o desenvolvimento da formação humanista e técnica de cidadãos e com a geração de conhecimento e saberes. Esta reflexão fundamental para a Universidade foi trazida pelo ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, Clélio Campolina Diniz, em sua conferência na abertura do Salão UFRGS. As universidades já articulam o binômio educação e ciência, pois são instituições que concentram o principal insumo da ciência: pesquisadores consolidados e cientistas em formação.

A expansão das universidades federais e o crescimento secundário da pós-graduação tiveram efeito significativo para o incremento da ciência nacional. Estudo recente demonstrou que a América Latina mais do que duplicou sua participação na produção científica indexada nos últimos 15 anos. E o Brasil responde por mais de dois terços dessa produção, que tem

origem principalmente nos cursos de pós-graduação das universidades e dos institutos de pesquisa. O país também se destaca quando se trata do investimento nacional, que subiu a pouco mais de 1,2% do PIB. Apesar do destaque continental, essa taxa é a metade do investimento norte-americano e ainda menor quando comparada a de países do continente asiático. O Brasil hoje integra o grupo das 15 nações com maior número de publicações, mas o crescimento observado em quantidade não tem paralelo em qualidade, mensurada pelo impacto das citações. Outro ponto fraco da ciência brasileira é a pouca capacidade de traduzir conhecimento científico em inovação tecnológica ou social. O baixo número de patentes depositadas, tanto no país como no exterior, pode ser parcialmente explicado pelo reduzido investimento privado em pesquisa e inovação.

Mas a sociedade brasileira espera que nossos cientistas também contribuam para a solução de problemas concretos, muitos deles batendo à porta. Ora, utilizar o enorme

patrimônio representado pela comunidade científica em prol do desenvolvimento nacional é um desafio que exige a definição de clara política científica e financiamento substantivo. Desenvolvimento entendido como crescimento econômico com justiça social, e citando Amartya Sen, com o objetivo da “eliminação das privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas”. Política científica com clareza estratégica de potencialidades e fraquezas e com visão social para resolver o paradoxo de uma nação que, mesmo sendo uma das dez maiores economias do planeta, ostenta a 87.<sup>a</sup> posição no Índice de Desenvolvimento Humano. O Programa Nacional das Plataformas do Conhecimento, comentado pelo ministro Campolina, é um dos instrumentos que operacionaliza a nova política; este, no entanto, só será viável com a ampliação do orçamento do Ministério. Mobilizar a sociedade para aumentar o percentual do PIB investido em ciência e inovação será imperativo para o sucesso da equação educação-ciência-desenvolvimento.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,  
Porto Alegre - RS | CEP 91004-900  
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

**Reitor**  
Carlos Alexandre Netto  
**Vice-reitor**  
Rui Vicente Oppermann  
**Chefe de Gabinete**  
João Roberto Braga de Mello  
**Secretário de Comunicação Social**  
Ricardo Schneiders da Silva

JORNAL DA UNIVERSIDADE  
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS  
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497  
Email: jornal@ufrgs.br

**Conselho Editorial**  
Ânia Chala, Cassiano Kuchembecker Rosing, Cida Golin, Luiz Carlos Pinto, Michéle Oberson, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer, Temístocles Cezar

**Editora** Ânia Chala

**Subeditora** Jacira Cabral da Silveira

**Repórteres** Ânia Chala, Everton Cardoso, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

**Projeto gráfico** Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)

**Diagramação** Kleiton Semensatto da Costa

**Fotografia** Flávio Dutra (Editor), Gustavo Diehl e Ramon Moser

**Revisão** Antônio Palm Falcetta

**Bolistas (Jornalismo)**  
Gabriel Jesus E. Brum, Gabriel Nonino, Jéssica Menzel, Laura Pacheco dos Santos, Martina Nichel, Manoella van Meegen e Vitória Lemos

**Circulação** Juliana Gonçalves Mota e Vanessa Gastal Fernandes

**Fotolitos e Impressão** Gráfica da UFRGS

Tiragem 14 mil exemplares

f jornaldauniversidade

## Comemoração

A Universidade convida para a festividade de 80 anos que ocorrerá no dia 14 de novembro, às 21 horas, no Clube Farrapos (Cristiano Fischer, 1.331). Informações sobre aquisição de ingressos, traje e estacionamento podem ser obtidas pelos telefones 3308.3641, 4215 ou 5164. Venha celebrar conosco!

## Memória da UFRGS



# 1899

Porão da Escola Normal, na Ladeira do Liceu (trecho da atual Marechal Floriano Peixoto), onde a antiga Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre teve seus dois primeiros anos de ensino.

## Artigo

# Produção da política à brasileira

“Aí, esta terra ainda vai cumprir seu ideal, ainda vai tornar-se um imenso Portugal...”, diz os versos da canção de Chico, referindo-se a um passado de conflitos negociados e de direitos concedidos ao povo por meio da aceitação e ao modo das classes dominantes. Nossa herança lusitana, estudada por autores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, foi costumeiramente culpada pela predominância de uma ordem privada sobre a ordem pública, um jeito de fazer política que mistura(va) a casa e a rua. Ironicamente, o primeiro Buarque nos chama de “sentimentais” na música *Fado Tropical*.

Difícil dizer que é essa herança a influência principal das escolhas eleitorais marcadas pelo tom paternalista/maternalista e forte componente emocional. O Brasil – que em 2015 completará trinta anos de redemocratização – está inserido em um jogo político quase mundial, definido por Patrick Champagne como “formar a opinião”, no qual as agências de publicidade, a mídia e as sondagens da opinião pública atuam como elementos fundamentais para a chegada ao poder e a sua manutenção. As propagandas de responsabilidade exclusiva do campo político agem no sentido de conseguir adesão ao que é mostrado na tela (tentando minimizar os ataques da mídia tradicional), comportamento

notório nos programas do horário eleitoral.

A materialização do voto pode ser vista como a aceitação de determinadas imagens. Isso é verdadeiramente importante no âmbito de campanhas majoritárias. Esse aspecto da disputa pelo Executivo nas democracias modernas fez Manin considerá-las “democracias de público”: a população aceita ou rejeita candidatos, baseada nas imagens em sua conotação visual e naquelas que emergem no discurso, movimentando imaginários.

Vale destacar: o discurso político vem progressivamente se deslocando do âmbito da razão para o emocional. Mas, se isso pode ser considerado uma característica comum aos países em tempos de “Idade Mídia”, o mesmo não pode ser dito das imagens mobilizadas pelos políticos brasileiros na busca por votos, pois não há campanha que não recorra a imagens da cultura política de um local. Em se tratando das eleições presidenciais brasileiras, elas têm essa característica de colocar em *close-up* percepções sedimentadas da Nação.

No ano de 2014, contudo, um elemento particular fez os candidatos tentarem aliar o velho (sedimentado) ao novo em suas propagandas políticas: os protestos que há um ano levaram às ruas milhares de brasileiros insatisfeitos com os rumos da política nacional. Unir antigas crenças nacionais ao

desejo pelo “novo” foi o grande desafio da disputa imagética pelo poder, principalmente porque, nestas eleições, o novo foi aquilo que Laclau chamaria de significante vazio: abarca tantos sentidos (por vezes até antagônicos), que não chega a reter significado. Na verdade, o que nos era conhecido foi o ingrediente fundamental do embate.

Durante o horário eleitoral, a presidente-candidata Dilma surgiu como “a mãe”, a mulher que alia os afazeres do lar ao cuidado com os que estão sofrendo nas cidades do país, precisando da sua proteção. A mãe que entendia também os anseios dos filhos rebeldes, posto que já havia sido militante em sua juventude. Além disso, Dilma (veterana) colocou-se como a gestora mais capaz para fazer surgir o novo, prometendo um “governo novo, novas ideias” em seu próximo mandato.

Marina, a “herdeira de Campos” e “escolhida pelo destino” para ser candidata, agiu como “a mulher do povo”, batalhadora, sem padrinhos políticos na “casa grande”. Já havia passado fome. Apesar de se mostrar forte, era conciliadora e falava em governar com os melhores que já governavam. Era representante da “nova política”, mas superparecida com o Silva anterior.

Aécio foi a voz que desejava “republicanizar” o Brasil, afastá-lo dos interesses de

apenas um grupo político, aquele que por hora estava no poder. O *jingle* de Aécio dizia também que “a voz das ruas” o chamara, em uma tentativa de ligar junho de 2013 a um sentimento antiPT. Prometia mudar o sistema político com a troca do comando do Estado. Para ele, o problema do país seria a falta de um “estadista de fato”, um cidadão em quem o povo pudesse confiar. Nenhum deles propôs grandes mudanças, apesar de estas terem sido o lema de todas as campanhas, incluindo a da situação.

Os votos obtidos por Dilma, Marina e Aécio (os três candidatos mais votados no primeiro turno) mostraram que o “gigante” que foi às ruas em 2013 desejava um líder conhecido para governar. Mais que isso, não gostaria de arriscar para além do modo “familiar” de produção da política. Assuntos como criminalização da homofobia, aborto e ampliação de direitos sociais continuam sendo tabu. O Brasil que sai das urnas é um país contraditório, que anseia o novo sem abrir mão do velho; uma terra que prefere avançar sem mudanças bruscas, sem conflitos extensos, dentro dos seus antigos ideais.

**Joyce Miranda Leão Martins**  
Socióloga, doutoranda em  
Ciência Política pela UFRGS



# Tributo ao filósofo expurgado

**Feira do Livro Editora da UFRGS publica duas obras do professor Ernani Maria Fiori**

Há 60 anos, a primavera porto-alegrense tem uma companhia: a Feira do Livro. Para o jornalista, escritor e patrono desta edição, Airton Ortiz, o encontro possui uma característica singular: “A Feira do Livro é um evento social da cidade, ela transforma a Praça da Alfândega em uma sala de visitas, onde todos nos encontramos para conversar”. Prevista para o período de 31 de outubro a 16 de novembro, a Feira terá uma extensa programação literária, abrangendo sessões de autógrafos, oficinas, palestras e exibições de filmes e peças de teatro.

**Universidade na Praça** – Presença já tradicional no evento, a Editora da UFRGS estará lançando 14 livros que podem ser encontrados na barraca de número 29, situada à Rua dos Andradas. Segundo o vice-reitor, Rui Vicente Oppermann, a Editora mantém um catálogo com quase mil títulos nas mais variadas áreas do conhecimento: “Há técnicos, best-sellers, ficções e poesia”. Sobre a participação na Feira, declara estar satisfeito, “seja pelo número de livros que estamos lançando, seja pela Feira ser uma oportunidade de as pessoas terem acesso às nossas publicações”.

A UFRGS também é representada no evento literário pela Rádio da Universidade. Na frequência 1.080 kHz, das 17h30 às 19h, o programa *Estação dos Livros* entrevistará

escritores e trará informações a respeito da Feira. O programa será ao vivo, e as entrevistas, disponibilizadas via internet, sendo possível sintonizar a rádio pelo site [ufrgs.br/radio](http://ufrgs.br/radio).

**O homenageado** – Entre os lançamentos da Editora da UFRGS, o destaque é a republicação de duas coletâneas de ensaios de Ernani Maria Fiori: *Metafísica e história e Educação e política*. A primeira distingue-se por apresentar como ponto central a tese de cátedra do professor, que se constitui na súpula dos grandes temas da metafísica. A segunda traz a proposta de reforma universitária defendida por Fiori, além de um posfácio com um depoimento do educador e amigo Paulo Freire.

Fiori raramente se manifestava por escrito – “a letra não tem espírito”, dizia. Por isso, a reunião dos textos para a publicação foi difícil. Otilia Beatriz Fiori Arantes, filha do mestre e coordenadora dos dois volumes que ganharam edição revista e ampliada, explica: “Não foram coletâneas imaginadas por meu pai. Como tive a oportunidade de dizer num dos textos de apresentação, ele pouco escrevia e publicava menos ainda. A escassa produção escrita disponível provém, em sua maioria, da transcrição lacunar e precária de gravações de aulas e conferências, na forma de cópias mimeografadas, malconservadas e raramente

revistas pelo autor”. Em ambas as obras, contudo, encontram-se também textos redigidos pelo filósofo, como a já citada tese.

Expurgado da Universidade pela ditadura civil-militar em 1964, Fiori estaria comemorando seu centenário neste ano. Até hoje, esse fato suscita polêmica pela maneira peculiar como ocorreu: “Diferentemente do que aconteceu em todo o Brasil, aqui na UFRGS quem expurgou os docentes foram os próprios colegas, reunidos em uma comissão de inquérito composta por professores da Universidade”, conta Paulo Tomás Fiori, também filho do filósofo. Porém, a principal razão do expurgo não foi apenas o apoio que Fiori concedeu à famosa Greve do Um Terço – mobilização estudantil que exigia que alunos e servidores tivessem 1/3 de participação nos órgãos de gestão da Universidade. Conforme Paulo, “quando ele tornou pública sua defesa da reivindicação estudantil, esse fato motivou-o a expor, em várias falas pelo Brasil, sua aspiração por uma Universidade mais popular e democrática. Mais do que tudo, a sua visão de sociedade e de mundo é que foi condenada pela famigerada comissão de inquérito”.

**A praça do professor** – Em meio à republicação de suas obras, descobriu-se um fato esquecido e que aproxima ainda mais

o filósofo da Universidade. A praça situada entre o Instituto de Educação e o Câmpus Centro da UFRGS se chama Ernani Maria Fiori. Segundo Rui: “Ao sabermos disso, descobrimos junto aos familiares que havia um monumento com uma placa de granito e uma frase do professor Ernani. Ao ser comunicada, a Secretaria do Meio Ambiente decidiu recolocar o monumento. Estamos fazendo de tudo para que seja inaugurado durante a Feira do Livro”. Mais do que coincidência, essa homenagem da Comunidade de Porto Alegre tem um peso simbólico, pois a praça encontra-se em frente à antiga Faculdade de Filosofia, onde Fiori ministrava suas aulas. “Foi um gesto bonito e muito significativo de reconhecimento público da importância do trabalho acadêmico que ele desenvolveu ao longo de sua vida”, declara Paulo.

A importância da republicação desses volumes também se reflete na contemporaneidade. As ideias do professor Fiori transcritas nos livros ensejam questionamentos levantados até hoje. Tanto a reforma universitária quanto o impacto da ditadura militar são revisitados nas obras. Afinal de contas, como reitera seu filho Paulo: “Passaram-se 50 anos e por vários fatores muitas coisas ainda não foram respondidas. Aliás, as perguntas continuam as mesmas”.

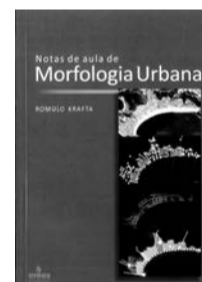
## Agenda das sessões de autógrafos



**Futuro pifado na literatura brasileira: promessas desenvolvimentistas e modernização autoritária**  
Homero Vizeu Araújo  
Dia 4, 17h  
Praça de Autógrafos



**Uma avaliação da economia gaúcha no período 1960-1985 (vols. I e II)**  
Cláudio F. Accurso (org.)  
Dia 4, 20h  
Térreo do Memorial do RS



**Notas de aula de morfologia urbana**  
Romulo Krafta  
Dia 6, 18h  
Praça de Autógrafos



**Turismo rural em tempos de novas ruralidades**  
Artur Cristóvão,  
Xerardo Pereira,  
Marcelino de Souza e  
Ivo Elesbão (orgs.)  
Dia 7, 15h  
Praça de Autógrafos



**Do criador de civilização ao eu-abismo: uma leitura palimpsestosa do Fausto de Fernando Pessoa**  
Carina Marques Duarte  
Dia 7, 18h  
Praça de Autógrafos



**Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas (vol. I)**  
Marcelo Antonio Conterato,  
Guilherme Francisco Waterloo  
Radomsky e Sergio Schneider  
(orgs.)  
Dia 7, 18h  
Praça de Autógrafos



**Rede de inovação: articulação de estado, empresa e universidade**  
Marilis Lemos de Almeida  
Dia 7, 19h  
Praça de Autógrafos



**O legado de Schultz: uma vida dedicada à botânica**  
Maria Henriqueta Homrich,  
Luis Rios de Moura Baptista,  
Maria Luisa Lorscheitter e  
Maria Luiza Porto (orgs.)  
Dia 8, 15h  
Praça de Autógrafos



**Ernani Maria Fiori: metafísica e história: textos escolhidos (vols. I e II)**  
Maria Sieczkowska Mascarello  
e Maria Tereza Papaléo (orgs.)  
- Supervisão de Otilia Beatriz  
Fiori Arantes  
Dia 8, 17h  
Praça de Autógrafos



**Carlos Gardel e Carmen Miranda: representações da Argentina e do Brasil**  
Alessander Kerber  
Dia 8, 18h  
Praça de Autógrafos



**Guerra e poesia: dispositivos bélico-poéticos do modernismo**  
Rita Lenira de Freitas  
Bittencourt  
Dia 13, 18h  
Praça de Autógrafos



**Fazeres indisciplinados: estudos de literatura comparada**  
Rafael Eisinger Guimarães,  
Rita Lenira de Freitas Bittencourt  
e Rita Terezinha Schmidt (orgs.)  
Dia 13, 18h  
Praça de Autógrafos



# A vencidos e vencedores

## História

### Alteração do nome da via de acesso à capital gera debate sobre revisão de homenagens

Everton Cardoso

Quatro bairros, uma praça, uma travessa, sete ruas e duas avenidas: esse é o balanço possível de se fazer das homenagens ao marechal Humberto de Alencar Castelo Branco em logradouros no Rio Grande do Sul, segundo o registro do site dos Correios. Primeiro presidente do regime ditatorial instaurado no Brasil em abril de 1964, o militar nascido em Fortaleza e que iniciou sua formação na Escola Militar de Rio Pardo (RS) tem estado no centro do debate em Porto Alegre desde que, em primeiro de outubro passado, a Câmara de Vereadores da capital promulgou a lei que altera o nome da via de acesso à cidade: deixa de homenagear o ex-presidente e passa a se chamar Avenida da Legalidade e da Democracia. O projeto, de autoria dos vereadores do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) Pedro Ruas e Fernanda Melchionna, foi aprovado por 21 votos a 5 em 27 de agosto; não sancionado pelo prefeito José Fortunatti, voltou ao legislativo e foi, então, oficializado.

Para Fernanda Melchiona, essa retirada de homenagens faz parte de um processo de revisão histórica que contribui para uma reflexão sobre esse passado. “Sempre participamos das lutas pela abertura dos arquivos desse período, pela revisão da Lei da Anistia, para garantir que os mandantes da ditadura civil-militar fossem responsabilizados pelos crimes que cometeram”, diz. Segundo a autora do projeto, há nesse gesto um peso simbólico bastante significativo, principalmente pelo fato de essa ser um dos principais acessos a Porto Alegre.

**Justiça de transição** – Na avaliação da vereadora, a primeira tentativa de mudança, em 2011, foi frustrada por haver um posicionamento contrário da grande mídia porto-alegrense: “É absolutamente conservadora e sustentou o golpe militar”. Ela, no entanto, ressalta os posicionamentos dissonantes do colonista Juremir Machado, do jornal *Correio do Povo*, e da mídia alternativa. A mudança no resultado da votação feita pelos vereadores da capital em 2014 se deveu, na opinião de Fernanda, ao que se tem chamado de ‘descomemoração’ dos 50 anos do golpe de 1964. “As escolas trabalharam com a temática, a UFRGS fez um grande evento sobre memória e justiça, houve muito debate e, com isso, a nossa pauta ganhou mais apoio”, pondera. Além disso, ela aponta como um fator importante o avanço da justiça de transição em outras nações sul-americanas. Em oposição à ideia, houve uma crítica dura ao que se

chamou de mudança da história. Contra isso, a vereadora argumenta: “Se fosse história, o nome seria ‘Avenida Ditador Castelo Branco, responsável por mortes, desaparecimentos, assassinatos e crimes contra a humanidade’. Isso seria história. Mas as pessoas não iam querer entrar por uma avenida assim. Na Alemanha ninguém quer andar por uma Avenida Adolph Hitler! Temos de acabar com as homenagens às pessoas que protagonizaram crimes contra a humanidade”.

Entre os que se opuseram ao projeto está o vereador do Partido Progressista (PP) João Carlos Nedel. Ele discorda dos argumentos da proponente da mudança em razão do que caracteriza como um “erro formal” no projeto em si. “O pedido foi para alterar o nome, mas verifiquei não existir uma lei que tenha designado a nova denominação. Para alterar, é preciso que exista”, justifica. Mesmo considerada a existência de fato da homenagem, ele destaca a exigência de se ter autorização da Secretaria Municipal de Urbanismo para a troca, além de haver a necessidade de uma consulta popular. “Sou contra essas alterações. Vai haver um transtorno para a população, a prefeitura terá de alterar mapas, sinalização.” Faz coro, ainda, à posição de que isso caracterizaria um apagamento da história.

**Memória urbana** – Os processos de mudança de denominação de logradouros da capital, no entanto, não são nem raros nem novidade. Para comprovar, o professor do Departamento de Urbanismo

da Faculdade de Arquitetura da UFRGS João Rovatti ampara-se no livro *Porto Alegre: guia histórico*, de Sérgio da Costa Franco. Dentre os exemplos listados pelo autor, João destaca a Rua Duque de Caxias, antes Rua Formosa; a Praça XV, antiga Praça Paraíso; a Rua General Câmara, que já foi Rua do Ouvidor e Rua da Ladeira. “Uma memória desse período são os lugares que, mesmo tendo suas denominações alteradas, seguem sendo conhecidos por seus nomes anteriores”, observa sobre casos como o da Rua da Praia – hoje dos Andradas. “Esta mudança na Castelo Branco repercutiu não porque é nome de rua, mas pelo que implica. Vivemos num país em que parte da sociedade sustenta que o golpe de 64 foi uma revolução; alguns dizem que nem foi uma ditadura”, pondera. O professor, no entanto, ressalta o fato de a mudança mais recente ter sido proposta em

um estado democrático e dentro dos mecanismos da representação como evidências de legitimidade desse processo. E ele defende seu ponto de vista contra um argumento frequentemente apresentado: as homenagens a Getúlio Vargas. O político são-borjense foi referendado popularmente em uma eleição democrática, e as homenagens foram feitas a ele já nesse contexto. “Há uma disputa na sociedade sobre os significados de fatos históricos”, aponta para justificar as alternâncias de nomenclaturas. Nesse sentido, a mudança da Rua do Imperador, na Cidade Baixa, para Rua da República é exemplar. Sobram, agora, no RS, além das homenagens a Castelo Branco, sete ruas, um bairro, uma travessa e uma praça que recebem o nome de Arthur da Costa e Silva; duas ruas em memória a Emílio Garrastazu Médici; e uma denominada Ernesto Geisel.

## Revisão da história

Para Claudia Wasserman, docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, a mudança é uma oportunidade de se repensar a história. “Quando nos referimos ao nome da avenida, por muito tempo faremos alusão a essa troca, e isso favorece a problematização das mitificações da história do Brasil”, avalia. “O nome da avenida não vai apagar a figura de Castelo Branco da historiografia, porque ele é um representante dos vencedores das disputas da época”, justifica. Conforme a pesquisadora, um processo como esse serve para trazer à luz um episódio que foi vencido: “Embora João Goulart tenha assumido seu posto, as ideias da Campanha da Legalidade foram derrotadas na sequência do processo, quando Castelo Branco colaborou para a ‘quebra da legalidade’. Então, uma revisão como a que acontece a partir da alteração caracteriza-se como uma política de memória e reparação. “Serve para lembrar os ideais que nortearam aqueles que foram derrotados. Se um historiador debruçar-se sobre as homenagens feitas a Castelo Branco nos anos 1970, quando a avenida foi inaugurada, e nos anos 2000, quando a via mudou de nome, certamente irá produzir uma narrativa que retrate os motivos dessas nomenclaturas”, explica.

FLAVIO DUTRA/JU



**Principal acesso a Porto Alegre teve seu nome alterado para Avenida da Legalidade e da Democracia**



ALISSON BATISTA



O grupo fez intervenções durante o Desfile Farroupilha, propondo uma errata ao hino rio-grandense, com a alteração da frase “Povo que não tem virtude acaba por ser escravo”

# Ruim é o teu racismo

## Consciência Coletiva Negração incentiva o debate sobre cultura negra na Universidade

Treze de maio traição, liberdade sem asas, fome sem pão. A frase do poeta e ativista do Movimento Negro Oliveira Silveira escancara a realidade por trás da abolição da escravatura. Uma data meramente oficial que dá a falsa ideia de liberdade concedida, sem luta nem resistência. O poeta gaúcho é uma das principais referências do Coletivo Negração, que vem promovendo ações, dentro e fora da UFRGS, a fim de resgatar a cultura negra e questionar a crença de que há uma democracia racial em nosso país.

O Negração nasceu de um movimento de estudantes que já se organizava em torno da questão das cotas na Universidade. O marco oficial do surgimento do coletivo organizado ocorreu em 20 de setembro de 2012, quando foi feita uma intervenção no Desfile Farroupilha. Por meio de uma faixa e camisetas, propuseram uma errata no hino rio-grandense: substituir o trecho *Povo que não tem virtude acaba por*

*ser escravo por Povo que não tem virtude acaba por escravizar.*

O estudante de Psicologia e integrante do grupo Alisson Batista acredita que a sala de aula ainda não dá conta desse debate. “Uma coisa sintomática que a gente vê em todos os cursos é que a questão racial não é discutida, e a gente sente carência disso. Então nós tentamos trazer para o coletivo a discussão racial a partir da nossa perspectiva”, conta. O Negração reúne alunos de variados cursos da UFRGS, além de participantes de fora da Universidade e de outros setores do Movimento Negro. A proposta é promover atividades para além dos limites acadêmicos. A ferramenta central é a arte, disseminada tanto nas redes sociais quanto nos espaços públicos da cidade. Na última campanha, o Negração saiu às ruas levando cartazes com frases como *Meu cabelo é bom, ruim é o teu racismo*. As pessoas pelo caminho eram convidadas a refletir e participar de uma sessão de fotos.

A principal atividade que o Coletivo promove é o Sambarau, que mistura roda de samba e sarau de poesias. O evento, organizado em parceria com diretórios acadêmicos da UFRGS, começa sempre com um debate temático sobre questões como racismo institucional e religiões afro-brasileiras, por exemplo. De acordo com Alisson, a poesia e a música negras influenciam o trabalho do grupo. “Sempre que a gente fala em Coletivo Ne-

gração, não tem como não falar em Oliveira Silveira, no Cuti, na Conceição Evaristo, que são nomes do Movimento Negro e intelectuais que nos inspiram”, lembra.

**O legado da consciência** – Em plena ditadura militar, Oliveira Silveira e outros cinco universitários negros se uniram em torno de um propósito: resgatar a identidade da população negra. Assim surgiu o Grupo Palmares na Porto Alegre de 1971. Uma das iniciativas dos jovens era pesquisar uma alternativa ao Dia da Abolição da Escravidão. Foram eles que criaram o Dia da Consciência Negra, instituído oficialmente anos depois e comemorado em 20 de novembro. A proposta era romper com a noção de liberdade concedida pela Princesa Isabel, adotando uma concepção de liberdade conquistada nos mais de 400 anos de escravismo, tendo Palmares e Zumbi como referências. “A ideia do 20 de novembro em oposição ao 13 de maio se transformou em um grande símbolo político do movimento”, observa Deivison Campos, coordenador do curso de Jornalismo da Ulbra e pesquisador da trajetória do Palmares, grupo considerado o fundador do chamado movimento negro contemporâneo. “Houve toda uma militância histórica de resistência e de luta que a gente tem de se referenciar para não fazer o que já foi feito. A gente tem de começar agora a propor perspectivas mais

concretas de um movimento negro de luta e de combate antirracista”, reforça Alisson.

**Racismo velado** – Mais de 40 anos se passaram e, apesar do legado de grupos como o Palmares e da luta constante de coletivos como o Negração, a discriminação é fato comprovado no Brasil. Em setembro, a ONU divulgou um relatório apontando que o país é marcado pelo racismo institucional, em que hierarquias raciais são culturalmente aceitas. Segundo o relatório, essa característica permeia todas as áreas da vida, contudo, ainda existe o “mito da democracia racial”, que contribui para a negação da sua existência.

“Muitas vezes, não basta a gente se identificar e se assumir enquanto negro. As pessoas nos limitam em relação a isso. A sociedade vive criticando, vive nos privando dessa liberdade. Então, as nossas campanhas se contrapõem a isso, mostrando como é lindo ser negro e como as pessoas têm de se identificar com isso. A gente vê outras maneiras de criticar a sociedade e apontar o racismo. Da forma como as coisas estão, elas nos incomodam”, aponta Dina Prates, estudante de Ciências Contábeis e integrante do Negração.

Edilson Amaral Nabarro, da Coordenadoria de Ações Afirmativas da UFRGS, aponta que a ocupação das vagas destinadas a alunos autodeclarados negros tem crescido a cada ano. Ele acompanha desde o

início a aprovação da política de cotas, não só enquanto gestor público, mas também a partir de um olhar de militante do Movimento Negro. “Tem uma coisa que é visual. A gente vê negros nos câmpus. Há uma diversidade, que tende a crescer por conta do aumento do percentual de vagas para cotistas. Nós chegamos a uma das taxas mais altas do Brasil em termos de números de vagas disponíveis e ocupadas”, ressalta.

O Negração aposta na juventude: naquela que já está dentro da Universidade, mas também na que ainda irá ingressar. Uma das propostas recentes do grupo é o projeto Universidade e suas formas de acesso (UFA), em razão do qual alguns dos seus integrantes foram até uma escola pública de Porto Alegre conversar com alunos do ensino médio. O objetivo foi incentivar o ingresso dos jovens na universidade pública e esclarecer questões sobre o vestibular e o programa de Ações Afirmativas da UFRGS. Dina destaca que a ideia é expandir o projeto no ano que vem. “É um trabalho de formiguinha voltar à escola e dizer que eles têm direito à universidade. Para esses estudantes, às vezes, é um mundo imaginário, não uma realidade. Então temos de explicar tudo e também ser realistas, dizer que a Universidade não é um mar de rosas e que ainda existe preconceito aqui”, conclui.

Martina Nichel, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico



# Transcendendo a oralidade

**Libras Tradutores e intérpretes ingressam no quadro da UFRGS e reafirmam educação inclusiva**

Bruna Alberton é surda e aluna do programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação (Faced) desde 2013. Na Universidade, ela conta com o auxílio de tradutores e intérpretes, que fazem a intermediação entre aluno e professor na sala de aula – além de realizarem a tradução de textos em português para a língua brasileira de sinais (Libras).

Natural de Uruguaiana, a estudante nem sempre contou com essa assistência. No ensino médio, sua aprendizagem resumiu-se a leituras e informações visuais. Quando descobriu a língua de sinais, aos 19 anos, mudou-se para Porto Alegre para cursar Matemática na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), onde contou pela primeira vez com o serviço de tradutor e intérprete. Na UFRGS, sua experiência acadêmica tem sido enriquecedora, mas aponta pequenos detalhes que podem ser melhorados. “Precisamos de mais pessoas que conheçam Libras, tanto no bar, na biblioteca como em outros lugares da Universidade, não só na sala de aula. Falta esse conhecimento de que a Libras é realmente uma língua, e que a nossa segunda língua é o português”, assinala Bruna.

Segundo Liliane Giordani, especialista na área de educação especial e professora da disciplina de Libras, a última década foi marcada por grandes conquistas para a comunidade surda. “Os últimos quinze anos foram uma época de um ganho imenso nessa área. Passamos pela década de 1980, em que havia uma visão normalizadora, oralista e de imposição da fala na aprendizagem, para um reconhecimento constitucional e linguístico da língua de sinais”, destaca. No país, esta língua foi oficialmente reconhecida no ano de 2002, e em 2006, a disciplina de Libras se tornou obrigatória nos cursos de licenciatura com o Decreto 5.626/05 do Ministério da Educação (MEC).

O serviço de tradução e interpretação em Libras já existia na UFRGS desde a década de noventa e era feito de forma terceirizada.

Foi em 2013 que houve o primeiro concurso público para o cargo. Desde então, cinco servidores concursados fazem esse atendimento aos alunos e docentes surdos na Universidade – quatro em exercício na Faced e um no Câmpus Litoral Norte. Conforme Liliane, o ingresso de servidores nessa área qualificou a atividade: “Desde o ano passado, estamos constituindo esse serviço de uma forma mais eficaz, pela incorporação desses profissionais ao quadro funcional da Universidade. Isso nos dá um tempo diferente, um vínculo diferente, uma relação de perspectivas e de projetos com profissionais que se mantêm na instituição”, analisa.

**Espaço profissional** – Adriana Arioli e Ângela Russo fazem parte do novo time de tradutores e

intérpretes em língua de sinais da Universidade. Ambas participaram da primeira turma do curso de bacharelado em Letras Libras oferecido pela UFRGS (em parceria com a UFSC) em 2008 – Adriana como aluna e Ângela como tutora.

Mesmo com trajetórias de vida distintas, as duas entraram naturalmente para a profissão por estarem dentro do contexto da língua de sinais e ressaltam que a formação é um item fundamental nesse processo. “Não basta saber Libras para ser intérprete, tu tens de ter uma formação. Essa área do conhecimento tem uma produção grande, como os estudos sobre tradução e a questão dos intérpretes de conferência, por exemplo”, ressalta Adriana. Para Ângela, o fato de as universidades abrirem concursos para essa área é um importante passo para a afirma-

ção desse espaço profissional, além de reiterar as questões relativas à esfera da inclusão. “Quando se abre um concurso especificamente para isso, o que está por trás? O reconhecimento, a necessidade de atender à demanda que está surgindo. Reconhecer que a Universidade não pode fechar as portas para pessoas surdas, como até então foi feito no Brasil inteiro”, analisa, acrescentando que poder participar e acompanhar esse movimento é um trabalho muito gratificante.

Além de atenderem a toda a demanda de ensino e funcional da UFRGS, os cinco tradutores e intérpretes são responsáveis por suprir outras atividades cotidianas, como formaturas, palestras e conferências. Na visão de Adriana, a procura pela sua atividade profissional tende a aumentar. “Assim como os surdos

estão tendo mais acesso, a demanda por intérpretes também cresce. É um movimento conjunto”, conclui.

**Desafios** – Para ambas as intérpretes, a experiência mais desafiadora tem sido o trabalho na pós-graduação, devido ao grau de complexidade dos temas. “Ao mesmo tempo que o MEC vinha formando intérpretes durante quatro anos em nível superior, o próprio Ministério ofereceu as vagas para essa função na Universidade como de nível médio. Essa é a nossa bandeira de luta: que esses cargos não sejam de nível médio e que possamos pensar numa valorização maior desse profissional, que tem uma responsabilidade bastante grande”, afirma.

Manoella van Meegen, aluna do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico

**A atuação de Celina Xavier não se limita à sala de aula, compreendendo também formaturas e conferências**



FLÁVIO DUTRA/JU

## Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor

antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

### ► Obsolescendo

Não me haviam avisado de que faço parte do programa de obsolescência programada. Estou em risco de ficar fora dos próximos catálogos. E nada vem sozinho. Aposentam as lâmpadas incandescentes e a atmosfera sépia-romance. Difícil lidar com a brancura demasiado esclarecedora das “econômicas”. E justo agora três cientistas ganham o Nobel (ê) de Física pelo desenvolvimento – que nada mais se inventa! – da iluminação com LED. Teria o fim das lâmpadas incandescentes relação com a crise das utopias? (Começo a pressagiar o nefasto em tudo. E em todos.) E o que dizer do crime

tecnológico instituído pela transmissão dos jogos de futebol pela tevê. Acaba, assim, a fantasia da audição pelas ondas médias, com direito ao chiado e aos bordões do locutor. Pelo rádio não havia jogo enfadonho. A narração, uma encenação entusiasmante. Ouvia-se pela epiderme. Inexplicável, então, o extermínio dos bondes. Bem à véspera da crise do petróleo. O quanto não resolveriam hoje com vagões maiores e modernos? Sem contar o charme. Agora, inaceitável, esta sim, a extinção do caderninho de compras no armazém, e o que isso implica em termos de perda da dignidade nas relações humanas. Já com os discos de vinil se encerra um fetiche e se instaura um câmbio definitivo para o impalpável. E

poucos sabem que com os LPs e compactos perdem-se especialmente a amplitude do som e a arte de capas e encartes. Sem contar a impossibilidade física de “virar o disco” – pobre da libido. Definitivamente os objetos ganharam outro registro, outra essência; há uma mudança conceitual tremenda. Na mesma linha, sou obsoleto desde o berço à invenção do modo de relacionamento com o “cliente”, artilheiro e desolador, nomeado teleatendimento. Quando ele se gestava, a esposa foi à velha CRT reclamar um serviço. Pela lógica do momento, ir a uma repartição demandar o que fosse pressupunha encarar uma senhora fila, mas um atendimento olhos nos olhos. Apesar dos condicionantes, era uma circunstância humana em que se

garantia a recepção. Ao entrar no prédio da companhia, encaminharam-na ao serviço de atendimento ao cliente. Era uma sala com um balcão e vários telefones. Linhas diretas ao SAC. Nada mais. Voltou para casa mascando raiva. Não admitia aquilo. O teleatendimento é um diálogo-cilada em que do outro lado da linha há uma voz e uma pessoa intangíveis. Objetivo: colocar o cliente em um emaranhado de funções e esperas que lhe esvaziam a certeza e lhe esgotam a ação. Sempre que tenho de reclamar, solicitar, cancelar algo por telefone, o desconforto decola. Sim, obsoleto. Mas não olhe para o lado, obsoleto, além de ser um verbo transitivo, é regular, conjugável em todas as pessoas e tempos!



**Turíbio Santos diz que o violão é um vira-lata que frequenta todos os quintais, mesmo os clássicos**



FLAVIO DUTRA/JU

# Violão de muitas possibilidades

## Música

### Instrumento permite o diálogo entre diferentes gêneros

Everton Cardoso

A peça era o *Concerto para violão e orquestra* de Heitor Villa-Lobos. Das costumeiras quase sete dezenas de instrumentos normalmente vistos durante as apresentações da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA), apenas 26 voltavam agora ao palco do Salão de Atos da UFRGS para a segunda obra do programa da noite de 23 de setembro passado: dez violinos, quatro violas, quatro violoncelos e dois contrabaixos – totalizando 20 representantes do naipe das cordas –, além de quatro pertencentes ao grupo das madeiras e dois, ao de metais. Posicionados todos os músicos junto de seus instrumentos, entram o violonista Turíbio Santos e o regente Ira Levin, convidados para a apresentação. “O violão é o caçula dos instrumentos de corda”, diz o músico solista sobre o herdeiro das vihuelas ibéricas do século XVI. Segundo Turíbio, essa origem é compartilhada por todos os instrumentos cordófonos, mas, por uma razão muito pragmática, os grandes conjuntos musicais que dariam origem ao atual formato sinfônico preferiram as versões que tinham mais volume: as de arco. “Quando grande público passou a

significar um estádio lotado, a orquestra não foi mais suficiente. Foi preciso voltar à origem e resgatar o violão acompanhado da eletrificação, amplificado.”

Na avaliação do maestro Ira Levin, hoje principal regente convidado do Teatro Colón, de Buenos Aires, armar um concerto com um solo de violão tem certas particularidades. “É como lidar com qualquer outro instrumento solo, mas tem o problema de precisar ser executado sempre com amplificação”, pondera. E sintetiza: “É tão calado”. Por essa razão, por muito tempo, o violão foi usado como solista somente em peças para formações orquestrais de câmara, com menos instrumentos. A composição de Villa-Lobos, diz o maestro, tem formas bastante próprias de interação entre a guitarra acústica e o conjunto. Reger uma obra do compositor brasileiro, aliás, é visto por Levin como um desafio, já que as partituras não são muito precisas – há partes que o próprio autor não incluiu e outras que provavelmente foram omitidas no momento da edição.

**Versatilidade** – Turíbio Santos, que esteve na Universidade também para participar como palestrante do IV Festival Internacional de Violão, considera que todo instrumento musical é como um camaleão, que se amolda a diversas situações; o violão, porém, seria a expressão maior dessa característica. “Ele é um transformista e é um cachorro vira-lata, que frequenta todos os quintais, mesmo os clássicos”, diverte-se. “Na música brasileira”, esmiúça, “está

nas serestas, na tropicália, no rock brasileiro, na bossa nova. Ele cobre todas as frentes.” Para ilustrar esse caráter particular do instrumento a que se dedica, fala do autor da obra que executou sob a batuta de Levin: “Villa-Lobos era violonista seresteiro, de rua, acompanhava samba, choro. E era clássico, pois estudou nas escolas”. Na avaliação do instrumentista, o compositor foi capaz de ver o potencial do instrumento muito além do que naquele momento se projetava. Da mesma forma, ele cita o espanhol Joaquín Rodrigo como referência nesse sentido: “Ele pegou os temas populares, harmonizou, e hoje isso

é música clássica”. “Sem a música popular ou folclórica”, sentencia, “a clássica seria um robô, se afastaria do público.”

**Ao gosto da maioria** – É a partir do *Concierto de Aranjuez*, composição do espanhol, que o instrumentista e professor Francisco Gil, do Conservatorio de Música del Estado de México, também presente no Festival, analisa a relação do violão com a música orquestral: é a composição para orquestra e instrumento solista mais executada no mundo; uma média de uma vez ao dia. “Isso, apesar da carência de relação do violão com a orquestra, deve-se ao

fato de ser uma obra linda, mas que também tem algo de inexplicável da arte, que não se pode traduzir em palavras”, pondera. Conforme Gil, na América, entretanto, o instrumento cordófono segue sendo associado diretamente ao folclore, ainda que no último século isso tenha se modificado bastante. “Por essa raiz, cai no gosto de praticamente qualquer tipo de público”, avalia. E explana: “Algo fundamental que oferece a música popular é a liberdade e a comunicabilidade com as pessoas. No caso da música clássica, o fato de que se tenha de se ater a um texto para interpretá-la faz dela algo muito mais rígido”.

## Clássico e popular

Ao discutir a diferença entre a música acadêmica e aquela mais intuitiva, o compositor e instrumentista brasileiro Marco Pereira diz que o termo “popular” não seria o mais adequado para se referir a esta última. “Essa palavra produz interpretações equivocadas. Deveríamos criar cursos que trabalhassem com a linguagem do jazz. A tradição europeia, por exemplo, tem um repertório de obras fechadas, baseadas numa fronteira entre as atuações do compositor, do regente e do instrumentista. No concerto mais jazzístico, há abertura para o improviso no momento da execução”, observa. Haveria, portanto, uma ênfase no improviso sobre a estrutura do tema principal. “É isso que se vê na história da música brasileira”, sintetiza.

Para o violonista Daniel Görtz, professor do conservatório Hochschule für Musik Hans Eisler, e presença alemã no evento da UFRGS, a cena clássica brasileira tende a conectar-se mais proximamente com a música popular do que em seu país de origem. Na visão do berlinense, isso se manifestaria inclusive no frequente uso de elementos e temas nas composições para concerto. “Na Alemanha, o violão apareceu muito mais tarde nas peças clássicas. Hoje se pode dizer que ele coexiste com o clássico, mas não está tão integrado

como no Brasil”, analisa. Görtz acha que isso se deve, sobretudo, ao fato de o cenário da música clássica brasileira não ser tão forte quanto o germânico; por isso, o violão estaria aqui mais presente.

A diferença entre as abordagens clássica e popular estaria na forma de estudar e executar o instrumento. De acordo com o professor do Departamento de Música da UFRGS e coordenador do Festival Internacional de Violão, Daniel Wolff, a maior atenção ao trabalho técnico dada pelo músico de formação clássica diferencia ambos os gêneros. Já o violonista popular, mesmo que tenha formação acadêmica e se apoie em partituras, enfatiza a improvisação e a criação espontânea da música. “Grosso modo, o músico clássico vai se preocupar com a maior clareza possível de cada nota. Se, para fazer todas as notas com precisão, precisar baixar a velocidade, o fará. Já o músico popular vai fazer o ritmo perfeito mesmo que alguma nota não saia muito clara”, explana. Ainda que o docente acredite que para ambos os tipos de músico vale a teoria das 10 mil horas – “É preciso tê-las cumprido para se ter algum tipo de expertise” –, ele acrescenta que “os de formação clássica tendem a ficar mais isolados primeiramente quando preparam alguma peça, para depois estabelecerem contato com seus pares.



GUILHERME LUND/ DIVULGAÇÃO

# Sem direção

Alunos da rede pública assistiram às sessões do VI Festival Escolar de Cinema, realizado entre maio e junho deste ano nas salas Redenção, Cinebancários e P. F. Gastal

## Ensino

### Lei que obriga a exibição de filmes nacionais nas escolas de educação básica divide opiniões

Destaque do rap nacional, o músico Sabotage era adorado pelo público infantil. Influenciava tanto os menores que teve de implantar um dente central que lhe faltava, já que alguns fãs cogitavam quebrar os seus para ficarem mais parecidos com o ídolo. Em suas canções, incentivava o estudo, a ascensão pessoal e alertava, como na canção póstuma *Canção foi tão bom*: “Para a criança aprender, basta quem ensina”. Onze anos após sua morte, graças a uma medida publicada no Diário Oficial da União, Sabotage poderá voltar a ensinar aos jovens um pouco da história do país, por meio de Fuinha, personagem interpretado pelo rapper no filme *Carandiru*.

A Lei n.º 13.006, promulgada no final do mês de junho, obriga a exibição de filmes nacionais nas escolas de educação básica do Brasil. A projeção de longas-metragens brasileiros passou a constituir componente curricular complementar, integrado à proposta pedagógica das instituições de ensino, com exibição obrigatória por, no mínimo, duas horas mensais. A norma tem por objetivo auxiliar as disciplinas, melhorar o entendimento das artes cênicas, visuais e audiovisuais brasileiras,

além de buscar o fortalecimento da indústria cinematográfica.

Apesar da boa receptividade por parte dos educadores, a medida, cuja responsabilidade de fiscalização é do Ministério Público Federal, suscita questionamentos quanto à sua aplicabilidade. “Algumas instituições não têm como cumprir a lei. Faltam equipamentos e espaços físicos para as exibições”, expõe a presidente do CPERS Sindicato, Helenir Oliveira. Na rede municipal, em contrapartida, a falta de equipamentos não é um empecilho. “Todas as escolas do município de Porto Alegre têm condições de aplicá-la. Até a produção audiovisual é possível, pois possuem câmeras fotográficas e filmadoras”, informa Andreia Todeschini Merlo, da assessoria de Inclusão Digital da Secretaria Municipal da Educação (SMED) da capital.

De acordo com os especialistas consultados, a principal lacuna da medida é a ausência de informações acerca das estratégias da sua execução. “O que fazer após a exibição dos longas? Pedir para apontar o nome do filme, o personagem principal, desenhar a cena de que mais gostou? Se entrar no currículo, como entra: para fazer atividades depois, tema de casa, colocar em dia de chuva? Há vários elementos para pensar sobre essa inserção”, questiona Fabiana de Amorim Marcello, professora do Departamento de Estudos Especializados e do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS.

Há mais de uma década estudando a temática educação e cinema, a pesquisadora destaca o Programa de Alfabetização Audiovisual, ação conjunta realizada pela Secretaria Municipal da Cultura (SMC), a SMED e a Faculdade de

Educação da Universidade, como exemplo a ser seguido.

**Formação de plateia** – Criado em 2007, o Programa de Alfabetização Audiovisual inicialmente compreendia a realização de um Festival Escolar de Cinema, que propunha levar alunos à sala de exibição. Atualmente, também conta com oficinas de realização audiovisual para os estudantes e cursos de formação docente, objetivando capacitar professores para a inclusão da sétima arte na grade curricular de ensino da rede municipal e de algumas instituições estaduais.

Antes do festival, são organizadas sessões preparatórias para os professores. Nas reuniões, os educadores assistem à programação e a discutem. A seleção final dos filmes é feita pela SMC, procurando aprofundar as possíveis abordagens das obras. Entre maio e junho deste ano, cerca de oito mil pessoas participaram da sexta edição do evento. Com exibições em três turnos, as sessões ocorreram nas salas P. F. Gastal, CineBancários e, na UFRGS, na Sala Redenção. “Há programação específica para alunos dos anos iniciais, finais, do ensino médio e de EJA, abrangendo todas as faixas etárias. Depois que o festival está organizado, avisamos as escolas do município e elas agendam conosco. Desde 2013, as estaduais que integram o programa Mais Educação do governo federal também podem participar”, esclarece a coordenadora-geral, Maria Carmem Silveira Barbosa.

**Oficinas e cursos** – As ações de formação docente geralmente acontecem no segundo semestre do ano. São ofertadas oficinas de

duração diminuta, como a de fotografia e a de análise de imagens, e cursos de extensão, que abarcam exercícios práticos e teóricos. Aos alunos, são oferecidas atividades de introdução à realização audiovisual ou fotográfica. Com a supervisão de profissionais da área, os estudantes criam curtas-metragens que poderão participar da mostra *Olhares da escola* – oportunidade para os discentes exibirem suas produções em uma sala de cinema. “A mostra é apresentada pelos alunos, organizada em blocos com vídeos de diferentes escolas, e alguém da área do cinema discute a realização com eles”, explica Andreia.

A coordenadora adjunta do projeto, Maria Angélica dos Santos, pensa que, graças à lei, aumentará a procura pelo programa. Ela também destaca o quão positivo é o impacto do audiovisual sobre as crianças e salienta a necessidade de se discutir a distribuição dos vídeos, citando a importância da atuação da Programadora Brasil, responsável por disponibilizar filmes a pontos de exibição não comerciais. O Ministério da Educação declara que repassa às instituições de ensino kits de DVD da TV Escola, além de disponibilizar conteúdos audiovisuais no Portal da TV Escola e no Portal do Professor.

**Cinema em aula** – Professor há dez anos, Nilo Piana de Castro utiliza recursos audiovisuais desde que começou a lecionar. Para memorizar e aprender melhor, segundo ele, é necessário usar todos os meios, e o vídeo, nesses aspectos, seria “mais emotivo e marcante”. Fã de cinema, ele ministra aulas de história no Colégio de Aplicação da UFRGS e garante que os resultados, assim como a recepção dos estudantes, são

positivos. Nas atividades que propõe, instiga a escrita, a observação e o senso crítico dos alunos.

Favorável à lei, Nilo ressalta o papel identitário da medida: “É muito importante o país se retratar, que exista uma indústria cultural brasileira para termos a nossa sociedade em produtos culturais. Se não, seremos lidos e aprenderemos o Brasil pelos outros”. O docente entende que a medida instigará o interesse dos estudantes pela formação em cinema e torce pelo aumento das produções nacionais de gênero histórico.

No ano passado, 127 longas brasileiros foram lançados, um recorde, de acordo com relatório da Agência Nacional do Cinema. Cerca de 27 milhões de ingressos foram vendidos e dez filmes nacionais tiveram mais de um milhão de espectadores. Sócia da produtora Casa de Cinema de Porto Alegre, Ana Luiza Azevedo acredita que a lei ensejará mais criações para o público infanto-juvenil e deverá ajudar a diminuir o preconceito sobre os filmes brasileiros. A cineasta sublinha a importância de a escola criar espectadores críticos, mas avisa que é necessário haver diretrizes e qualificação docente para o êxito da lei. Como diria Sabotage, a educação, assim como o rap, é compromisso.

Gabriel Jesus E. Brum, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico

## Saiba mais

Acesse o blog [alfabetizacaoaudiovisual.blogspot.com.br](http://alfabetizacaoaudiovisual.blogspot.com.br) ou entre em contato pelo fone (51) 3289-8134.



# O Brasil não se vê

**José Pacheco**  
*Idealizador da Escola da Ponte, de Portugal, diz que brasileiros não reconhecem seus intelectuais*

Jacira Cabral da Silveira e  
Gabriel Jesus E. Brum\*

Em 2015, o Brasil contará com três escolas autônomas inspiradas na Escola da Ponte, referência inovadora em educação, localizada na cidade do Porto, ao norte de Portugal. Desde 2001, o idealizador desse projeto d'além-mar, José Pacheco, vive no Brasil, onde assegura ter encontrado solo propício para a expansão de suas ideias que preconizam a autonomia dos estudantes. Nesses 13 anos de convívio com educadores brasileiros, já são mais de 150 experiências em andamento em diferentes escolas de todo o país.

A afinidade de Pacheco com o Brasil é antiga. Quem acessa a página da Escola da Ponte na internet depara-se com o texto de apresentação do projeto, assinado por Paulo Freire: "Educar é como viver, exige a consciência do inacabado, porque a história em que me faço com os outros [...] é um tempo de possibilidades, e não de determinismo". Mas foi ao transferir-se para cá que ele expandiu seu conhecimento sobre os pensadores locais, surpreendendo-se positivamente.

Por outro lado, espanta-o o desconhecimento generalizado de tais intelectuais por parte da população brasileira, em especial daqueles que trabalham com educação. Esse foi um dos motivos de Pacheco ter escrito o livro *Aprender em comunidade*, lançado na Bienal do Livro de São Paulo deste ano. A obra reúne cartas para destinatários do século XVI ao XXI que atuaram fortemente na educação no Brasil. "Antes, pensava de forma etnocêntrica, achando que o desenvolvimento pedagógico estava concentrado na Europa. Quando descobri os avanços no Brasil, desfiz esse equívoco e avaliei que o país está entre os primeiros do mundo nessa área."

Nesta entrevista ao Jornal da Universidade, o educador português defende a abolição das aulas e das seriações do ensino aos moldes da escola tradicional, fala do desperdício de investimentos e da má aplicação destes, mas reconhece o potencial dos educadores e de alguns projetos de ensino brasileiros.

**O senhor acha estranho um português escrever sobre os intelectuais brasileiros?**

Talvez seja isso que os brasileiros não reconhecem sobre pessoas que desenvolveram aqui seus pensamentos: 'Ora, um português a fazer garimpagem e

descobrir que o Brasil tem os melhores projetos do mundo, os maiores teóricos do mundo!'. Pois é verdade. Aqui no Brasil, consumimos coisas dos Estados Unidos que não nos servem para nada. Faz pouco ouvi falar de aulas híbridas, em que veio um professor de física estadunidense e vendeu caríssimo essa metodologia a não sei quantas universidades. Aula híbrida não é fato novo. Ele acha que inventou aquilo, pois os americanos sabem inventar o que já está inventado, e sabem vender, pois têm um marketing terrível. Como costuma haver a síndrome de vira-lata, né? As universidades tupiniquins iam comprar um produto que não serve, gastando um dinheirão naquilo lá. Não entendo isso!

**Sua crítica quanto à escola tradicional começa já na alfabetização.**

Qualquer criança brasileira pode ser alfabetizada em três meses, no máximo. E, quando falo qualquer, estou falando também nas com síndrome de Down. Qualquer criança, quando vai para a escola, já sabe ler, mas a escola brasileira não sabe ensinar a ler. A escola portuguesa e a da Nova Zelândia também não. Em toda a escola a criança é colocada em uma turma, dentro de uma sala, com um professor – é o princípio do analfabetismo, literal ou funcional. Por quê? Não há aprendizagem. Quando cheguei à Escola da Ponte, encontrei pessoas que tinham as mesmas dúvidas que eu, só eram mais velhas, com mais aulas dadas. Deram-nos turmas de lixo, como costumavam falar: jovens de 14 e 15 anos que não sabiam nem ler nem escrever. Eu cheguei e perguntei àqueles alunos quem é que sabia ler? Ninguém sabia. E lhes perguntei por que não aprendiam. Responderam-me: "Olha, a gente está aqui há nove anos, e em todos é a mesma coisa. A professora nova chega e começa a ensinar: 'A, E, I, O, U. A de ave, E de égua, I de ilha, O de ovos, U de uva'. Depois, a gente faz o saltinho do pardal, até que ela entra na primeira lição do livro e a gente não acompanha". Acho uma piada esse *não acompanha!* Acaso o professor acompanha? Então eu segui perguntando: "O que acontecia depois? 'Ela dá a lição do PA, PE, PI, PO, PU'". Levei um susto porque era assim que eu ensinava, e se continuasse a ensiná-los dessa maneira eles seguiriam não aprendendo. Então eu e duas outras professoras fomos estudar como a criança aprende a ler. Começamos nossos estudos em 1962, antes dos de Emília Ferreiro, que iniciou em 1969. Sem perceber, estávamos fazendo o construtivismo, estudando como a criança aprende, o seu repertório linguístico. Durante 29 anos, fui especialista em alfabetização na Escola da Ponte. Hoje, quando sou convidado a trabalhar nas escolas, sugiro que criem um ciclo de estudos em alfabetização. Entrego a eles tudo o que tenho sobre esse tema, participo de encontros, apoio pela internet.

**Em seu Dicionário de Valores de Educação, se considerarmos a escola tradicional e os professores que se identificam com ela, não seria desestabilizador para esses profissionais tomarem consciência dos próprios valores?**

Me perguntaram um dia qual era o meu valor máximo. Respondi que todos têm os seus próprios valores e que para mim talvez fosse o da coerência. Todos os projetos partem de valores, pois escolas são pessoas, e pessoas possuem valores que orientam suas vidas. Então, todo projeto precisa de uma matriz axiológica, uma visão de mundo. São os valores que estão por trás de todos os atos humanos. É urgente uma nova identidade profissional, e isso se consegue quando o professor percebe que tem de ter coragem de reelaborar a cultura pessoal e profissional. E o professor só consegue isso em contato com outros docentes. Sozinho ele transmite a ideia de autossuficiência e de individualismo. Se as pessoas estão umas com

as outras lá fora, por que estariam sozinhas dentro de uma sala? Estão sozinhas porque as necessidades sociais do século XIX instituíram um professor e toda aquela parafernália de dispositivos pedagógicos que o tempo tornou obsoleta.

**O senhor critica ainda os investimentos do nosso país em educação.**

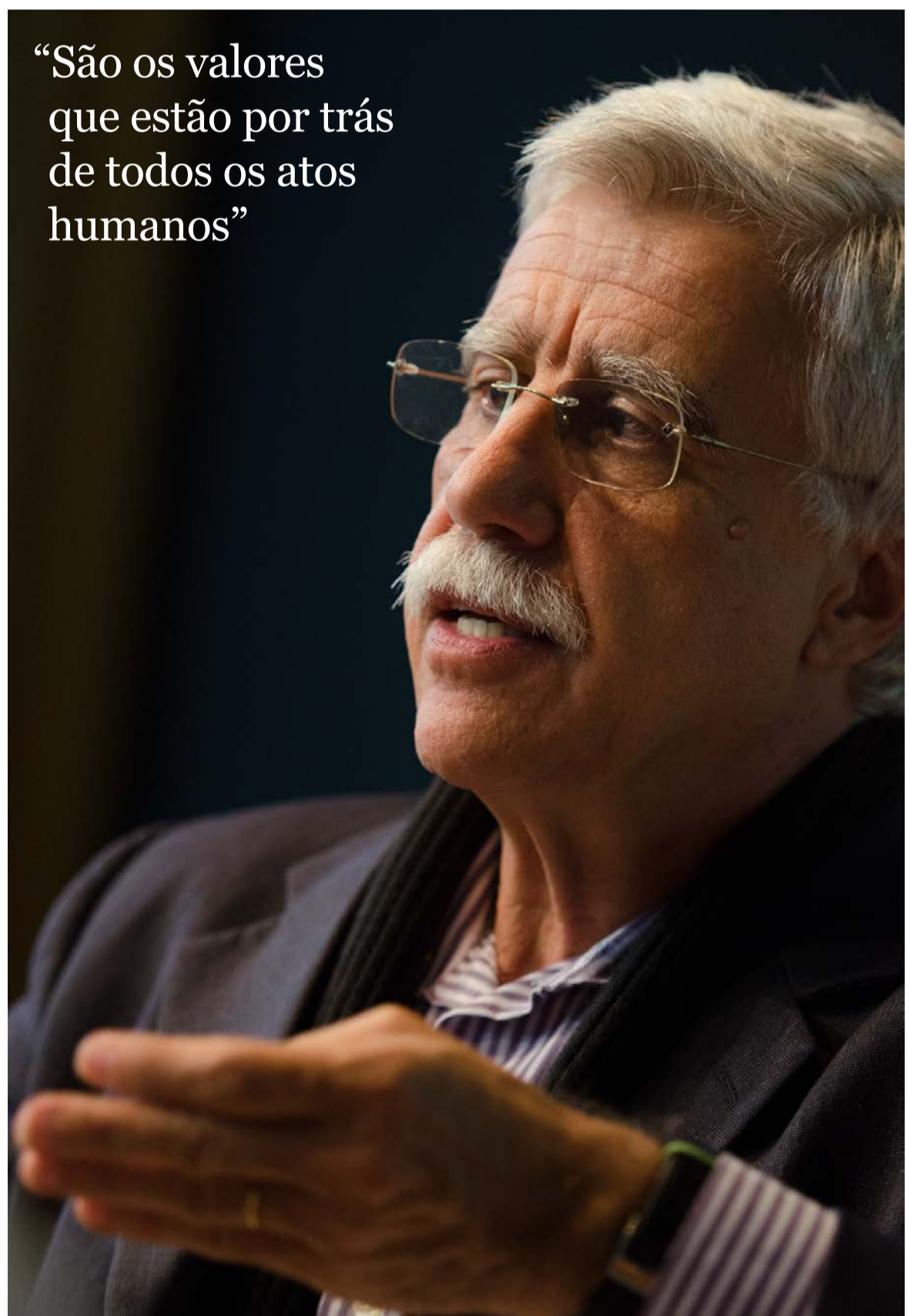
O Brasil é um desperdício total. São 56 bilhões de reais por ano, e isso é muito dinheiro. O primeiro desperdício é do próprio modelo, pois gera a necessidade de classes de apoio dispendiosas. Gera a necessidade de se bonificarem pessoas – que já se percebeu não resulta, mas continua. De fazer mais formação no sentido tradicional, que também não resulta. O transporte escolar não é necessário para nada, porque basta haver plataformas digitais para a aprendizagem e uma escola que seja uma comunidade, e não um gueto, com alambrado, cerca elétrica, guarda e catraca. É isso que se pretende: que a escola seja um nó

de uma rede de aprendizagem. Não dá para entender como o Estado continua patrocinando um modelo que não funciona. Há maior desperdício que 30 milhões de analfabetos?

**Mas, afinal, por que o senhor escolheu o Brasil para morar?**

Tudo começou quanto o Rubens Alves foi à Escola da Ponte e escreveu *A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir*. Chamaram-me e eu vim para destruir o mito, porque se trata de um projeto que implica muito trabalho. Quando cheguei, pensava que o Brasil era uma ex-colônia exótica, com mulheres peladas no carnaval e pouco mais. Descobri neste país os melhores teóricos e as melhores práticas, os melhores professores, então por que eu iria continuar numa escola na qual eu já estava há mais de 30 anos? Eu disse: vou-me embora para o Brasil.

\*Estudante do 4.º semestre de Jornalismo da Fabico



# Revolução colorida em Hong Kong

**Poder** *Historiador avalia que manifestações representam mais que a luta pelo direito pleno de voto*

Jacira Cabral da Silveira

Até o final do século XX, Hong Kong era uma colônia britânica. Esse é o ponto de partida comum às análises de historiadores e cientistas políticos na tentativa de explicar as recentes manifestações na região administrativa especial reintegrada à República Popular da China desde 1998. Na madrugada de 28 de setembro, o grupo Occupy Central with Love and Peace declarou o início da campanha de desobediência civil, intalando-se no distrito Admiralty, importante centro de negócios. Segundo a Federação de Estudantes, em entrevista à rádio pública Hongkonger, seriam cerca de 50 mil envolvidos no protesto contra a decisão de Pequim de limitar o sufrágio universal para a eleição do chefe do Executivo.

Alegando querer decidir o próprio futuro, estudantes como Gary Mak, de 23 anos, afirmou à reportagem da RTP, de Lisboa: “É um bom princípio para todas as pessoas de Hong Kong lutarem pela democracia”. Há mais de 18 mil quilômetros de distância, outro jovem chinês em intercâmbio de estudo no Brasil fazia outra leitura da questão do sufrágio universal reclamado pelos manifestantes: “As pessoas em Hong Kong fizeram manifestações para obter o direito de votação, mas antes, quando eram colônia da Inglaterra, eles também não tinham o direito de escolher o líder deles”, observa Tobias, aluno da Universidade de Pequim, atualmente cursando Português para Estrangeiros na UFRGS.

Ambas as argumentações, que denotam antagonismo de pontos de vista entre jovens estudantes chineses, ilustram a análise do professor de História Contemporânea e do Mundo Afro-asiático, Luiz Dario Teixeira Ribeiro, sobre o conflito atual: “A China vive um processo de transformação para adequar-se ao mundo industrial e a uma sociedade de consumo. A própria modernidade acelerada da sociedade chinesa exige essas transformações políticas”. Ele salienta que hoje, no país asiático, as grandes empresas integradas ao mercado e à economia mundial, sejam como fornecedoras de bens industriais, sejam como criadoras de tecnologia ou como compradoras de matéria-prima, são indústrias cujo controle é estatal.

Nesse contexto, do ponto de vista financeiro, Hong Kong é importante para a China, por ser a grande porta de entrada para os negócios chineses: “Xangai ainda não substituiu Hong Kong, pois vive sob o controle do governo chinês por ficar dentro do território nacional”. Mas, por mais que o Estado Chinês tenha assinado um estatuto diferenciado com Hong Kong, dando garantia às contrapartes que negociam com a região, ainda assim, no que diz

respeito aos direitos dos cidadãos chineses, Hong Kong está igualmente sujeita ao sistema eleitoral chinês, que dá a todo cidadão o direito de votar. “Porém, o que acontece é que há um controle sobre os candidatos”, acrescenta o especialista.

Por outro lado, o professor comenta que, desde os protestos na Praça da Paz Celestial (Tiananmen) em 1989, os chineses têm certa prevenção às tendências ocidentais ‘desruptivas’ que lhes são colocadas. É dessa época a imagem do manifestante diante de uma coluna de tanques do exército chinês, que acabou se tornando um ícone do massacre da Praça da Paz Celestial no final da década de oitenta. Estudantes e intelectuais acusavam o Partido Comunista de repressivo e corrupto, e trabalhadores urbanos reclamavam a lentidão das reformas econômicas, além da inflação e do desemprego na China.

Por tudo isso, “Cumpra-se a lei!”, foi a reação de Pequim diante das manifestações de Hong Kong, na avaliação de Luiz Dario. “A lei chinesa é clara: o povo chinês tem direito de votar, e os candidatos têm que passar por uma triagem. Essa triagem vai impedir que sujeitos contrários a uma visão chinesa da história, a uma visão chinesa do desenvolvimento social, a uma visão chinesa dos direitos humanos, e que seja um agente externo, possam se candidatar”, resume o membro do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (Nerint).

**Suporte aos protestos** – Barracas, postos de socorro, pontos

de reciclagem para lixo, distribuição de água, lanches, máscaras e sombrinhas para proteger do gás de pimenta. Esses foram alguns dos flagrantes da imprensa internacional ao cobrir a Revolução dos Guarda-chuvas, como estão sendo denominadas as ações em Hong Kong que exigem mais direitos para os cidadãos. Para Luiz Dario, essas são características que identificam os acontecimentos em Hong Kong a outras revoluções coloridas, como a Revolução Laranja, na Ucrânia, em 2004, momento em que o país vivia a segunda rodada da disputa das eleições presidenciais, levando à anulação do resultado e à repetição da rodada, quando o líder da oposição Viktor Yushchenko derrotou Viktor Yanukovich: “Era a pressão das massas que desarticulava o governo. Agora elas recebem outros nomes, como a Revolução do Açafraão, em 2007 na Birmânia (Myanmar)”.

Luiz Dario avalia que o que ocorre em Hong Kong não é uma ação isolada: “A manifestação dos guarda-chuvas se assemelha muito às revoluções coloridas patrocinadas e organizadas pelo Instituto Albert Einstein, do Gene Sharp, nos Estados Unidos, e pelo Grupo Canvas, financiada pelos norte-americanos”, diz, e explica: “O Canvas é um grupo profissional de assessoria e de organização de revoluções coloridas, de mudanças de regimes, sob a forma de manifestações”. Conforme o historiador, no caso de Hong Kong, o fato de professores universitários e estudantes estarem à frente dos protestos confirma a prevalência

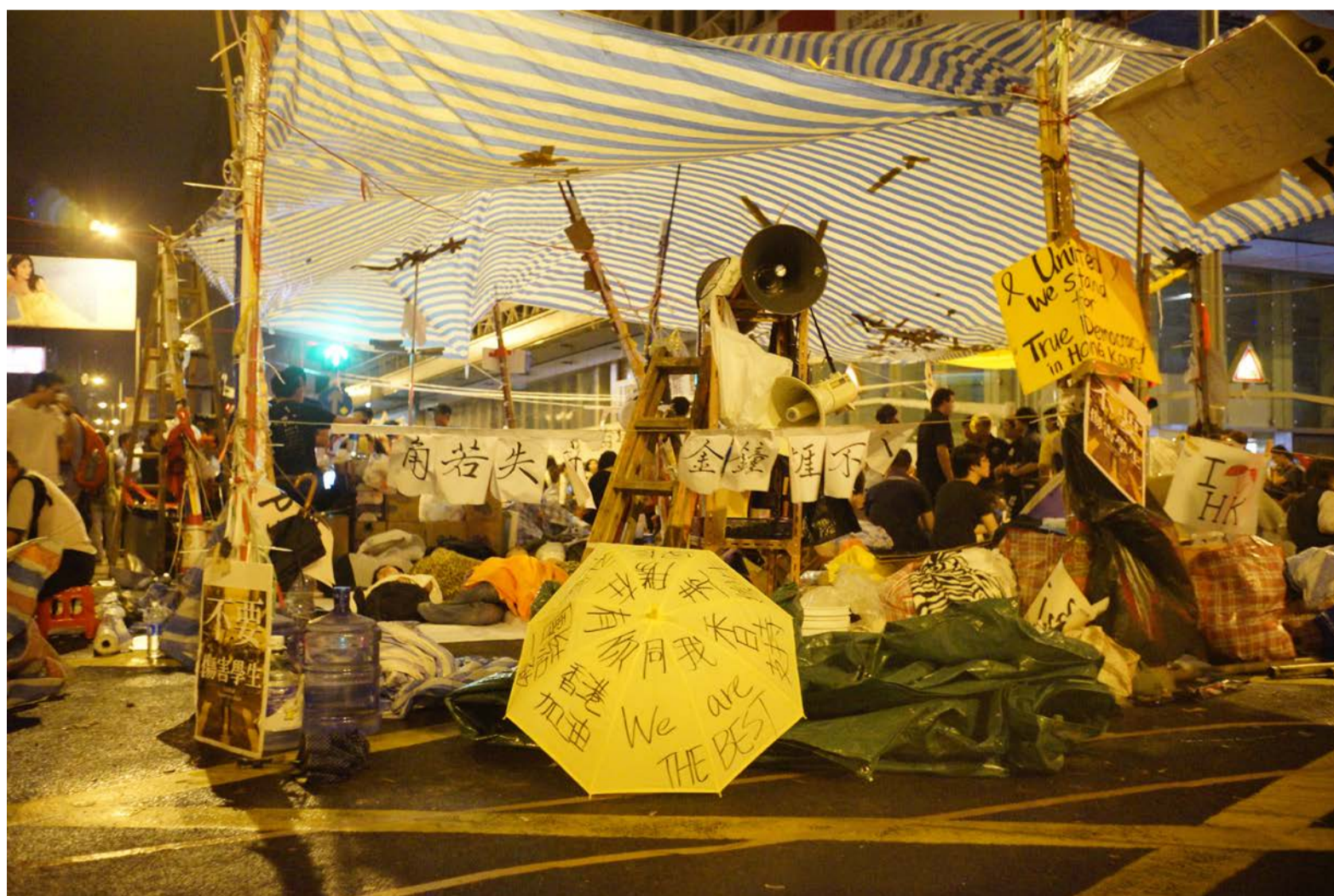
desse público como alvo para os treinamentos: “Nesse sistema de triagem entra também a National Endowment for Democracy (NED), do departamento de estado norte-americano, que tem como seus dois suportes políticos os institutos Republicano e do Partido Democrata”. A NED é uma fundação privada, sem fins lucrativos, dedicada ao crescimento e ao fortalecimento das instituições democráticas em todo o mundo. A cada ano, com financiamentos do Congresso dos EUA, apoia mil projetos de organizações não governamentais no exterior que estão trabalhando para objetivos democráticos em mais de 90 países.

“Os grandes investidores americanos financiam esses movimentos”

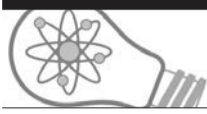
**Fechando o cerco** – Comprovando a teoria do financiamento, Luiz Dario lembra quando o megaespeculador George Soros reconheceu que a revolução da Ucrânia foi financiada por ele: “Os grandes investidores americanos, quando têm muito a ganhar com a falência de um estado, financiam esses movimentos”, argumenta. Nesse longo cenário

de disputa de poder financeiro-global, a China desponta como país-chave, especialmente por fazer parte dos BRICs e ser a potência desafiante para os EUA. Citando o economista estadunidense Samuel Huntington, o professor afirma: “A rápida industrialização, o crescimento acelerado de uma população urbana e educada e a cultura baseada em valores milenares, contrapondo-se aos valores ocidentais, são aspectos que tornam a China um país ainda mais desafiante”.

Nesse sentido, ele considera que “é possível entender toda uma política do chamado pivoteamento para a Ásia, que é o cerco da China com novas alianças norte-americanas, inclusive tentando uma com o Vietnã e outra com o Japão, fortalecendo a posição deles na Coreia do Sul. Por outro lado, há terrorismo sectarista do fundamentalismo islâmico numa área em que a fronteira da China é a mais vulnerável, numa região com descendentes de turcos que são muçulmanos dentro do território da China. E tem ainda a questão do Tibete, o patrocínio que eles dão para o Dalai Lama, transformando-o em uma espécie de papa cristão, quando na realidade ele era mais um líder político e religioso de uma região do budismo. Então existe uma política de cerco, e para fragilizar uma possibilidade de autodefesa chinesa houve o caso da Ucrânia, colocando as tropas da OTAN próximas à Rússia e à China. Tal ação tirou a atenção da Rússia quanto à defesa das suas fronteiras. E Hong Kong está dentro dessa estratégia”, conclui.



A manifestação dos guarda-chuvas se assemelha muito aos protestos patrocinados pelo Instituto Albert Einstein e pelo Grupo Canvas



FLÁVIO DUTRA/JU

Lua Dallagnol Cezimbra  
teve o parto do filho  
Guadua acompanhado  
por doulas

# Parirás sem dor



## Comportamento Movimento pela humanização do parto ganha força no cenário obstétrico

*Eu gostaria que o acompanhante fosse a minha mãe; que o cordão umbilical só fosse seccionado depois que ele parasse de pulsar; que meu bebê viesse pro meu colo imediatamente depois que ele nascesse; que eu desse o peito pro meu filho na primeira hora de vida; e que meu bebê não tomasse banho nas primeiras 24 horas.* Essas, segundo a professora de enfermagem e enfermeira obstétrica da UFRGS Mariene Jaeger Riffel, são algumas das reivindicações que a mulher tem o direito de fazer no momento do próprio parto. O repertório pode variar da maneira como o procedimento for feito – normal, natural, cesárea – aos métodos que conduzirão toda a fase da parturiente, que engloba o pré-natal, o parto e o pós-parto.

Recentemente, iniciou-se um movimento chamado de parto humanizado, cujo propósito é a garantia de que essas reivindicações sejam consideradas e, caso negadas, pelo menos justificadas de modo que a parturiente compreenda o porquê da recusa. O parto humanizado subverte modelos medicinais vigentes, corrigindo algumas atitudes e, principalmente, mudando o conceito cultural do parto.

**Ascensão da técnica** – Historicamente, o parto está relacionado à dor. A Bíblia vaticina “parirás com dor”, e a Igreja Católica descrevia o sofrimento do parto como designio

divino. A evolução da medicina, porém, mudou de forma abrupta esse cenário. As inovações englobam o advento da anestesia, os antibióticos e os bancos de sangue, que reverteram as três principais causas de morte materna.

Iniciou-se, a partir desse avanço, uma diminuição feérica na mortalidade tanto da mãe quanto do bebê. A ideia do parto com sofrimento, perpetuada em nossa bagagem cultural, entretanto, não mudara. Esse choque de pensamentos fez com que, em meados da década de 1980, o Brasil protagonizasse um crescimento exponencial de cesarianas. O modelo tecnocrático, descrito pela antropóloga americana Robbie Davis-Floyd, se impôs na sociedade. As intervenções tornaram-se tão rotineiras quanto desnecessárias. Tudo que pudesse evitar a dor passou a ser recomendado e, por vezes, arbitrariamente utilizado. Métodos como a episiotomia – corte cirúrgico vaginal realizado para facilitar a passagem do bebê – e a ocitocina sintética – hormônio injetado para iniciar o trabalho de parto –, entre outras medidas, passaram a ser usadas em demasia. O aumento excessivo desses procedimentos levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a incluir no manual das *Boas práticas de atenção ao parto e ao nascimento* a proibição do seu uso rotineiro.

**Intervencionismo** – A mestrandia de psicologia da Unisinos Carolina Coelho Palma, especializada na relação mãe-bebê, explica o conceito de parto humanizado: “A ideia não é ser contra as intervenções, pois elas foram um avanço da medicina. E, quando bem aplicadas, salvam vidas. A questão é que elas devem ser utilizadas somente quando necessárias. O que se está buscando é que a

mulher se informe para que saiba antes do momento do parto o que realmente precisa ser feito”, afirma.

Apesar de essa ser a definição correta do movimento, o parto humanizado é muito confundido com a radicalização do procedimento, que negaria qualquer tipo de intervenção e validaria somente partos naturais. Por esse motivo, o professor da Faculdade de Medicina da UFRGS e médico obstetra José Lopes Ramos ressalta: “É preciso cuidado com tendências exageradas tanto de um lado quanto do outro”. Ao falar sobre o parto domiciliar, por exemplo, o obstetra torna-se reticente: “Fazer todo parto fora do hospital é uma regressão histórica da medicina”. Dentre os perigos, cita a hemorragia – “em lugares que não têm banco de sangue a mortalidade é muito alta. Tirar a paciente de dentro do hospital, portanto, implica correr risco”. Há também o problema da eclâmpsia, uma convulsão que acontece durante a gravidez. “No hospital, há meios de se combater isso. Fora, a paciente morre”, conclui.

Em contraponto, para a professora da Escola de Enfermagem da UFRGS e enfermeira obstetra Claudia Junqueira Armellini, o parto domiciliar é possível, mas com alguns pré-requisitos: “Não é qualquer mulher que é candidata a um parto domiciliar. Não basta querer, ela tem que ser uma pessoa saudável e ter uma gestação de risco habitual (antes chamada de baixo risco)”.

Obstetra no Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), José Lopes considera que “o que a sociedade hoje tenta fazer é achar um espaço adequado para que haja um parto do modo como a paciente queira. Existem pacientes que querem um plano de parto totalmente natural e aquelas que querem marcar rapidamente uma cesárea. Não se pode

obrigar nem um grupo nem outro a fazer de determinada maneira. Precisamos oferecer condições técnicas para que ambos sejam satisfeitos, visando sempre à segurança da parturiente”. O médico afirma que o HCPA tem conseguido alcançar esse meio-termo. Conforme dados da assessoria de imprensa, realizam-se, na maternidade do hospital, em média, 350 partos por mês. Desse total, cerca de 35% são cesarianas. A OMS indica que o percentual deva ficar em torno dos 15%.

**Doulas** – Junto a essa corrente, surgiu uma nova profissão para auxiliar nesse momento, as chamadas doulas. Amanda Martins, doula desde 2009, explica em que consiste a sua tarefa: “É uma profissional que vai acompanhar a gestante, especialmente no parto. Ela vem para somar, não faz nenhum tipo de intervenção médica. É uma forma não farmacológica de amenizar a dor. A gente faz massagem, técnicas de alívio da dor, posturas, aromaterapia, tudo para que a parturiente se sinta melhor”. Em Porto Alegre, cursos intensivos de quatro dias para a formação dessas profissionais acontecem anualmente. “Estudamos a fisiologia do parto, os processos e conhecemos, inclusive, um pouco da antropologia do nascimento humano”, observa.

Os métodos utilizados pelas doulas são bem-vindos por todos os especialistas entrevistados. A professora de psicologia da Unisinos Tagma Marina Schneider Donelli, doutoranda na área obstétrica, ressalta que, “no momento do parto, neurologicamente falando, o córtex pré-frontal, que é a área responsável pelo raciocínio e pela tomada de decisões, diminui a atividade para que se possa acionar uma parte mais primitiva de nosso cérebro. Isso tudo para que a mulher entre em um está-

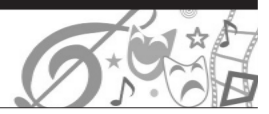
gio de introspecção, no qual a sensibilidade vai falar mais alto. E a doula propicia que esse processo aconteça durante o parto da melhor maneira e sem interferências”, conclui.

A bióloga Lua Dallagnol Cezimbra, que teve seus dois partos em casa acompanhados por doulas, conta como a acompanhante foi essencial nesse período. “Ela só colocou as mãos nas minhas costas e me lembrou do que tinha de fazer, a força natural de expulsão. Isso foi o bastante para que eu ficasse muito mais tranquila. É exatamente o que a gente sente: não estou sozinha”. Lua critica os hospitais que impedem a entrada das acompanhantes: “Uma doula dentro de um centro obstétrico faria toda diferença às mulheres, a fim de se sentirem amparadas e terem força pra trazer o bebê com tranquilidade”, dispara.

**Direito legal** – A doula é um dos melhores exemplos dessa mobilização pelos direitos da mulher. Conforme Mariene, “A Lei do Acompanhante é de 2005 e diz que a mulher tem direito à escolha de uma pessoa para acompanhá-la desde o momento em que entra no hospital até a alta”. A docente afirma ainda que algumas instituições conseguem impor barreiras a esse direito justamente pela ignorância das gestantes em relação à lei.

O parto humanizado pode, portanto, ser sintetizado como um movimento em prol do conhecimento. Que as gestantes conheçam os seus direitos, e os médicos, os seus deveres, e que eles possam dialogar visando sempre ao bem-estar no parto. Como resume Mariene: “Fazer para o outro com o outro. Essa é a ética do programa de humanização do parto”.

Gabriel Nonino, estudante do 4.º semestre de Jornalismo na Fabico



# Procura sem fim

**Memória** Romance de estreia de Bernardo Kucinski narra uma história de ausência e de impunidade

Ânia Chala

Não, não há como apagar da memória o sumiço coletivo de centenas de militantes mortos e desaparecidos pelas forças de repressão do regime civil-militar que governou o Brasil por 21 anos. Por mais que alguns queiram empurrar o assunto para debaixo do tapete do esquecimento, vez que outra surge um livro que denuncia o que não pode ser simplesmente riscado de nossa história. Assim é com *K – Relato de uma busca*, do jornalista e professor Bernardo Kucinski. Narrativa ficcional da busca desesperada de seu pai por sua irmã Ana Rosa, sequestrada e morta juntamente com o marido pela repressão em 22 de abril de 1974, o livro faz um relato trágico do absurdo da supressão violenta de vidas humanas perpetrado com a convivência das classes dominantes.

Em um depoimento à editora que lançou o livro, o autor afirma que a narrativa é, ao mesmo tempo, a história de uma tragédia familiar e uma referência à opressão labiríntica que existiu na época da ditadura e que ainda persiste em muitos lugares do mundo. Para Bernardo, a fusão entre invenção e relato factual permite alcançar uma verdade transcendente que o mero relato dos fatos não atingiria. *K* foi traduzido para o espanhol, o catalão, o alemão e o inglês e até o final do ano deverá ser publicado também em hebraico e italiano.

**Iniquidade** – Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), Ana

Rosa Kucinski Silva era professora do Instituto de Química da USP e, depois de dada como desaparecida, foi demitida por abandono de emprego em um dos episódios mais vergonhosos da história daquela universidade. Tal iniquidade foi recentemente revista pela instituição, mas sem que os responsáveis por esse ato tenham sofrido qualquer tipo de punição.

No texto “Cartas à destinatária inexistente”, que abre o livro, o autor fala das correspondências endereçadas à irmã que ainda hoje chegam à sua residência. Perguntado se isso havia colaborado para sua decisão de contar essa história, ele foi enfático: “As cartas mexiam com alguma coisa dentro de mim. Incomodavam”. À época do desaparecimento de Ana Rosa, Bernardo e o irmão residiam no exterior, mas ainda assim se empenharam na tentativa de descobrir o paradeiro dela. “Eu antecipei minha volta ao Brasil e dei início à busca. Meu irmão mais velho, impossibilitado de vir ao país, moveu mundos e fundos a ponto de conseguir vistos de entrada em Israel para os dois [Ana Rosa e o marido Wilson Silva], caso fossem encontrados. Ele também sensibilizou importantes autoridades dos Estados Unidos”, relembra o jornalista.

Alguns capítulos da obra fazem uma descrição da rede de pessoas que se beneficiaram do regime de exceção. Gente que logrou obter vantagens econômicas ou políticas, não hesitando em colaborar abertamente ou em omitir-se diante

das arbitrariedades. Conforme Bernardo, todos os informantes mencionados são, em alguma medida, inspirados em pessoas que existiram.

Em dado momento, *K* – personagem que é uma metáfora do próprio autor – se encontra com os familiares de outros desaparecidos e se descobre parte de uma irmandade a qual era negado até mesmo o direito de enterrar seus mortos. A esse respeito, Bernardo revela ter mantido contato, embora não regulares, com grupos de familiares de desaparecidos. Por isso, ao leitor desavisado, cabe o alerta de Bernardo impresso na abertura da obra: “Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”.

Passadas quatro décadas, Ana Rosa segue na lista dos desaparecidos, assim como centenas de outros militantes. Questionado sobre sua expectativa quanto ao relatório final da Comissão da Verdade, cujo trabalho deve ser concluído no próximo mês, o autor é enfático: “Penso que o relatório final, embora possa chocar, vai servir de pretexto para que nunca mais se mexa no assunto”, argumenta o escritor.

**Professora do Instituto de Química da USP e militante da ALN, Ana Rosa Kucinski Silva foi sequestrada em São Paulo em abril de 1974. Ela e o marido, Wilson Silva, seguem desaparecidos**



FOTOS: DIVULGAÇÃO



## **K – Relato de uma busca**

Bernardo Kucinski  
São Paulo: Cosac Naify, 2014  
192 páginas  
R\$ 30 (valor médio)



## **Alvo noturno**

Ricardo Piglia | São Paulo: Companhia das Letras, 2011  
256 páginas | R\$ 45 (preço médio)

## **A boa pontaria de Piglia**

Acerta-se quando se declara que este é um livro para ser pensado. Primeiramente, pela roupagem de romance policial adotada em suas primeiras páginas, que induz o leitor a um roteiro de mortes, pistas e suspeitos – elementos típicos de narrativas desse gênero –, forçando-o a tentar desvendar o mistério existente. Em seguida, graças às ações de cada personagem, que surgem paulatinamente, facilitando a assimilação das peculiaridades de cada um. Ricardo Piglia incita o leitor a se questionar, refletir e se posicionar sobre os dilemas vividos pelos atores da obra, apresentando não apenas as causas, mas também as consequências de cada opção escolhida.

Todavia, assim como não se deve julgar uma obra por sua capa, é importante ressaltar que não é recomendável taxar uma publicação simplesmente por olhadelas em suas folhas introdutórias. “Alvo noturno”, apesar de conter alguns ingredientes e até mesmo citar a figura de Sherlock Holmes, de Sir Arthur Conan Doyle, não é um livro policial. É muito mais do que isso. Em certa altura da narrativa,

o comissário Croce, um dos personagens principais, relata: “Os romances policiais resolvem os crimes com elegância ou com brutalidade para tranquilizar os leitores”; na obra de Piglia, ao contrário, o que impera é a inquietação, do início ao fim.

Ambientada no interior do pampa argentino, a história se desenvolve em meados da década de 1970, período em que aquele país vivia uma ditadura militar, e carrega diversas referências sobre a realidade vigente à época. Ganância, corrupção e preocupações com o futuro da Argentina permeiam uma atmosfera em que também estão presentes questões como a homossexualidade, as drogas e a importância da família, destacando-se o papel maternal. Em um livro que surpreende, devido à fuga aos roteiros pré-moldados, as irmãs gêmeas Belladona ganham destaque, pois é principalmente por meio delas que Piglia consegue mostrar as habilidades literárias que o credenciam como um dos mais importantes escritores argentinos da atualidade. (Gabriel Jesus E. Brum)



## **O efeito etnográfico**

Marilyn Strathern | São Paulo: Cosac Naify, 2014  
576 páginas | R\$ 80 (preço médio)

## **Antropologia feminista**

A compilação inédita de 16 artigos influentes da antropóloga Marilyn Strathern é uma edição exclusiva para lançamento no Brasil, com introdução escrita pela própria autora. Reconhecida por sua monografia *Women in between* e pelo livro *O gênero da dádiva*, a nova compilação da pesquisadora debate temas variados que vão desde a fertilização in vitro, a circulação de bens de valor e sua relação com as mulheres até a relação de posse e propriedade, o natural e o cultural. A compilação de seus artigos revela um arco de pensamento da etnógrafa que vai de meados dos anos 1980 até 2004. A ordem cronológica facilita a percepção do constante autoquestionamento que ela se impõe.

É do binarismo característico da autora que surgem os textos presentes em *O efeito etnográfico* – contraste que se materializa entre natureza e economia, sociedade ocidental e sociedade melanésia, sujeito e objeto, doméstico e selvagem. E, em oposição à antropologia clássica – que também toma como lugar principal a Melanésia –, Strathern faz uma

etnografia de visão feminista, inovadora por consequência e totalmente ligada ao gênero, que é mais explícita nos três primeiros capítulos do livro. No capítulo final, “A pessoa como um todo e seus artefatos”, a antropóloga trabalha questões como a relação entre o homem, os objetos que utiliza e a cultura. Aborda a biomedicina moderna do corpo e do paciente como um indivíduo – contrário à fragmentação do tratamento médico e também portador de conhecimento sobre aquilo que sofre.

São questões que, embora majoritariamente estudadas com base nos povos de Papua-Nova Guiné, encontram eco no comportamento ocidental. A partir delas é possível fazer reflexões não apenas sobre o outro como um ser diferente e tribal, mas principalmente sobre aquilo que somos. Strathern tem o dom de nos deslocar do conforto da normalidade que adotamos como característica própria. Aponta que nós, que reclamamos o título de cidadãos globalizados, também temos uma infinidade de paradoxos e contradições. Estranhos, talvez, sejamos nós. (Vitória Lemos)



FABIO REBELO/DIVULGAÇÃO

Produzido pela Casa de Cinema de Porto Alegre, o seriado *Doce de mãe* foi exibido pela Rede Globo

# Produção nacional em alta

## Televisão Aumenta o número de séries brasileiras nos canais pagos

Maior investimento dos canais, incentivo público, popularização do formato e a qualificação profissional contribuíram para o crescimento da produção de seriados brasileiros nos últimos anos. Uma pesquisa de monitoramento de conteúdo na programação da TV paga da Agência Nacional do Cinema (Ancine) mostrou que de 2010 a 2013 houve um crescimento de 93,6% na exibição de produções nacionais nos 20 canais por assinatura que analisou.

Um forte impulso foi a criação da Lei n.º 12.485, em 2011, conhecida como Lei da TV paga, que obriga os canais por assinatura que exibem filmes e séries a apresentarem três horas e meia semanais de programação nacional durante o horário nobre, das 18 às 24h, sendo metade desse tempo destinado a programas de produtoras independentes. Além disso, 30% do conteúdo deve ser produzido por empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A norma também impõe que um terço dos canais seja nacional, o que ocasionou a criação de 16 novas emissoras pela TV por assinatura.

A regra começou a ser implantada nas grades de programação em setembro de 2012, aumentando as obrigatoriedades progressivamente até atingir a totalidade em

setembro de 2013. Em janeiro de 2012, os 15 principais canais da TV por assinatura exibiram 56 obras brasileiras e, em dezembro do ano passado, esse número subiu para 273 programas. Segundo Nora Goulart, produtora executiva e sócia da Casa de Cinema de Porto Alegre, as mudanças estavam em processo antes mesmo da criação da lei, com a pulverização dos investimentos e a possibilidade de obtenção de financiamento público pelas produtoras. “É fundamental que se tenham investimento na produção nacional e um maior número de projetos. Os canais a cabo querem mais audiência e cada vez mais assinantes, e isso exige dos produtores brasileiros maior capacidade de produção. Mas só se tem isso quando existe espaço de exposição. Então, para a consolidação da indústria, é necessário que se conte com esses espaços e com a possibilidade de produzir mais séries”, comenta.

O surgimento de cursos superiores na área do audiovisual incentivou a criação de produtoras locais e a expansão da produção para além da região Sudeste. “As faculdades de cinema começaram a surgir de uns 12 anos para cá e estão se consolidando no estado. Hoje se tem uma leva de profissionais ingressando todo o ano no mercado. São pessoas com excelente formação e que prontamente constituem as suas produtoras e os seus projetos”, ressalta Nora. A Casa de Cinema produziu recentemente os seriados *Mulher de fases*, para o canal HBO, e *Doce de mãe*, para a Rede Globo, e está desenvolvendo projetos de mais quatro seriados.

**Popularização** – A base da narrativa seriada vem dos folhetins, em que os capítulos eram publicados em jornais e revistas a cada semana, com a finalidade de manterem os leitores fiéis ao enredo. Nos anos 20, o cinema foi o primeiro a usar a fórmula da narrativa seriada para manter o público nas salas de cinema, exibindo filmes que terminavam com ganchos ou *cliffhangers* (em tradução literal, “à beira do abismo”, recurso ficcional que expõe o personagem a uma situação limite sem desfecho), que indicavam que o enredo continuaria em um novo longa. Com a democratização da televisão, nos anos 50, o seriado foi levado para essa mídia, onde ganhou maior força. No Brasil, o formato veio com a consolidação da televisão, e os primeiros seriados foram *Alô doçura* (1953-1964), *Falcão negro* (1954-1963) e *O vigilante rodoviário* (1961-1962). Atualmente, com o crescimento das séries, o cinema voltou a adotar essa fórmula, investindo em filmes com sequências.

Enquanto nos Estados Unidos os seriados ganharam força com histórias mais complexas e maior investimento no formato, no Brasil, as séries acabaram ofuscadas pelas novelas, que se tornaram mais populares. Diferentemente do seriado que é exibido em capítulos semanais, organizado em temporadas semestrais ou anuais, a novela apresenta um capítulo por dia, com duração predeterminada de quatro a oito meses. Para Nilson Xavier, autor do livro *Almanaque da telenovela brasileira*, apesar das tentativas de produção de seriados no início da televisão brasileira, os

projetos nacionais imitavam muito o modelo norte-americano, sem uma identificação com o cenário local, ao contrário das novelas, de formato tipicamente latino-americano, seguindo a tradição das radionovelas já muito populares por aqui.

Com a nova popularização desse formato nos EUA, devido à crise dos grandes estúdios de cinema, e o aumento dos assinantes de tevê a cabo no Brasil, aliado às leis de incentivo do governo federal, a produção nacional de seriados ganhou novo impulso. Gabriela Sanseverino, mestrande do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFRGS, diz que o formato dos seriados se fortaleceu pela identificação do público com as personagens e pela complexidade das histórias. “As pessoas querem acompanhar a história de uma personagem que muda conforme o tempo e até mesmo regride em alguns momentos. O espectador se identifica com o que a personagem vive na ficção. Se fala de um triplo envelhecimento, em que o público, as personagens e os atores crescem juntos. Tudo tem uma evolução, e a televisão passa a refletir isso. Consequentemente, os enredos ficam mais complexos e isso faz com que as pessoas se identifiquem com aquilo que se parece com a vida real”, complementa.

Conforme Paulo Nascimento, diretor e roteirista da série *Animal*, exibida pelo canal GNT e gravada inteiramente na cidade gaúcha de Minas do Camaquã, os seriados também se diferenciam por trazerem tramas mais inteligentes para a televisão. “As pessoas começam a buscar um entretenimento que não

venha mastigado. Isso está presente nas séries, não nos outros programas da televisão, como os *reality shows*.”

**Potencial brasileiro** – Apesar dessa expansão, somente três emissoras da televisão paga apresentam mais da metade de sua programação destinada às produções nacionais, de acordo com o levantamento realizado pela Ancine. O Canal Brasil é o maior deles, com 97,9%, seguido do Multishow, com 83,3%, e do GNT, com 51,4%. Juntos, os outros 17 canais analisados, entre eles Warner, Sony, Rede Telecine e HBO, exibem somente 5,7% de programação nacional, o que demonstra que o conteúdo estrangeiro segue predominando na TV paga, com a maioria dos programas importados dos EUA. “A produção americana é soberana, especialmente por causa da grande variedade de temas. A nossa produção ainda está engatinhando. Precisa-se de tempo para conquistar a audiência e o respeito do público brasileiro”, comenta Nilson Xavier.

“Falta ousadia no mercado brasileiro e, principalmente, quem banque o custo dessa ousadia. Novos formatos e temas levam tempo para se solidificar, como foi nos Estados Unidos. Se fizermos uma série e esperarmos resultado no segundo episódio, nunca acontecerá mudança. A consolidação do nosso mercado já está sendo feita com a obrigação de mais conteúdo nacional, mas o principal é esperar a maturação que a novidade exige”, avalia o diretor Paulo Nascimento.

Laura Pacheco dos Santos, aluna do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico

► **Redação** Vitória Lemos e Jéssica Menzel | Fone: 3308-3368 | Sugestões para esta página podem ser enviadas para [jornal@ufrgs.br](mailto:jornal@ufrgs.br)

## DESTAQUE



# Velha Guarda chama pra sambar

**Música** Veteranos da Portela fazem show gratuito

A Velha Guarda da Portela, um dos maiores símbolos do samba de raiz no Brasil, vem a Porto Alegre para dar continuidade às comemorações dos 80 anos da UFRGS. O show acontece às 20h do dia 28 deste mês em um palco especialmente montado no Parque da Redenção.

**História e tradição** – O Grêmio Recreativo Escola de Samba Portela, criado em 1923 na capital carioca, é a mais antiga escola de samba em atividade. No início, o grupo não tinha mais de 100 pessoas da comunidade. Já a Velha Guarda lançou seu primeiro disco apenas em 1970, o LP *Portela, passado de glória*. Desde então foram gravados diversos álbuns de produções próprias e participações especiais. Para Luciana Prass, chefe do departamento de Música do Instituto de Artes da UFRGS,

o álbum que popularizou os sambistas veteranos foi *Tudo azul* (2000), projeto realizado pela cantora Marisa Monte e que acabou levando a fama dos carnavalescos para além da quadra da Portela e das rodas de samba tradicionais. A relação da artista com a escola não é recente – Monarco costumava frequentar a casa do pai de Marisa, Carlos Monte: “Eu terminava um samba e ia lá na casa do Carlos, que foi diretor da escola nos anos 70. A Marisa era pequenininha e ficava sempre em volta da gente, ouvindo”, relatou o sambista em entrevista ao Programa do Jô na rede Globo.

O grupo, tradicionalmente composto por 12 integrantes, é formado atualmente por Monarco (vocal), David do Pandeiro (pandeiro e vocal), Serginho Procópio (cavaquinho), Guaraci 7 Cordas (violão 7 cordas), Tim-

bira (surdo), Dinho (percussão), Marquinhos do Pandeiro (pandeiro), Tia Surica, Áurea Maria e Neide Santana (pastoras). Eternizado por canções como *Você me abandonou*, *O mundo é assim* e o próprio *Hino da Velha Guarda da Portela*, o “samba de raiz” tocado pela Velha Guarda é aquele criado por quem tem o ritmo em suas origens: “Tem muito a ver com isso, com quem é que faz e de onde vem. É feito por pessoas que vêm da tradição do samba”, esclarece Luciana.

Os eventos comemorativos aos 80 anos da Universidade seguem até dezembro. A programação completa pode ser acessada no site [www.ufrgs.br/80anos/programacao/](http://www.ufrgs.br/80anos/programacao/).

O show é ao ar livre e aberto ao público. Em caso de chuva, o evento será transferido para o dia 29, sábado, no mesmo horário e local.

## Em busca do sentido da vida

**Congresso** Evento reúne especialistas em logoterapia

Entre os dias 7 e 9 deste mês, a Universidade vai sediar o VII Congresso Brasileiro de Logoterapia e Análise Existencial e o IV Encontro Latino-americano Humanístico-existencial, eventos que marcam as celebrações dos 30 anos da vinda ao Brasil do psiquiatra austríaco Viktor Emil Frankl (1905-1997). Paulo Kroeff, professor do Instituto de Psicologia da UFRGS e presidente do Congresso, diz que a ideia é discutir novos caminhos para a Logoterapia.

Reconhecida como a terceira escola vienense de psicoterapia após Freud e Adler, a Logoterapia ou Terapêutica do Discurso foi criada por Frankl, um sobrevivente dos campos de concentração nazistas. Em sua obra mais conhecida, *Em Busca*

*de Sentido: um psicólogo no campo de concentração*, dedicou-se a descrever o comportamento da mente humana mediante um cenário de restrição total e, ao contrário de muitos existencialistas europeus, assumiu uma visão positiva da capacidade humana de transcender uma situação difícil. Suas propostas têm aplicações nas áreas da saúde, da educação e do trabalho.

As atividades serão realizadas no Salão de Atos da Universidade, incluindo conferências, mesas-redondas, minicursos, lançamento de livros e espaços dialogados, nos quais os participantes poderão dirigir perguntas aos conferencistas convidados. Mais informações pelo site [www.ablae.org.br/congresso](http://www.ablae.org.br/congresso).

## CINEMA

### A obra de Truffaut

A Sala Redenção exibe 23 filmes de François Truffaut. Sessões comentadas com entrada franca.

**OS PIVETES**  
(*Les mistons*, França, 1957, 18 min)

**ANTOINE E COLETTE**  
(*Antoine et Colette*, França, 1962, 32 min)  
Sessões: dia 3, às 16h; dia 28, às 19h

**OS INCOMPREENDIDOS**  
(*Les quatre cents coups*, França, 1959, 93 min)  
Sessões: dia 3, às 19h; dia 4, às 16h  
Comentários: Fernando Mascarello (Unisinos)

**O TIRO NO PIANISTA**  
(*Tirez sur le pianiste*, França, 1960, 78 min)  
Sessões: dia 4, às 19h; dia 5, às 16h  
Comentários: Giovanni Borba

**UM SÓ PECADO**  
(*La peau douce*, França, 1964, 113 min)  
Sessões: dia 5, às 19h; dia 6, às 16h  
Comentários: Gabriela Wondracek Linck

**JULES E JIM - UMA MULHER PARA DOIS**  
(*Jules et Jim*, França, 1962, 105 min)  
Sessões: dia 6, às 19h; dia 7, às 16h  
Comentários: Eduardo Portanova Barros e Jorge Ricardo

**FAHRENHEIT 451**  
(*Fahrenheit 451*, França, 1966, 112 min)  
Sessões: dia 7, às 19h; dia 10, às 16h  
Comentários: Marcus Mello

**BEIJOS PROIBIDOS**  
(*Baisers volés*, França, 1968, 90 min)  
Sessões: dia 10, às 19h; dia 11, às 16h  
Comentários: Anelise Angeli De Carli

**DOMICÍLIO CONJUGAL**  
(*Domicile conjugal*, França, 1970, 100 min)  
Sessões: dia 11, às 19h; dia 12, às 16h  
Comentários: Rogério Felipe Teixeira

**A NOIVA ESTAVA DE PRETO**  
(*La mariée était en noir*, França, 1968, 107 min)  
Sessões: dia 12, às 19h; dia 13, às 16h  
Comentários: Gabriela Wondracek Linck

**A SEREIA DO MISSISSIPI**  
(*La sirène du Mississippi*, França, 1969, 123 min)  
Sessões: dia 13, às 19h; dia 14, às 16h  
Comentários: Natalia Pietra Méndez (UFRGS)

**O GAROTO SELVAGEM**  
(*L'enfant sauvage*, França, 1970, 83 min)  
Sessões: dia 14, às 19h; dia 15, às 16h  
Comentários: Marcelo Pizarro Noronha

**UMA JOVEM TÃO BELA COMO EU**  
(*Une belle fille comme moi*, França, 1972, 98 min)  
Sessões: dia 15, às 19h; dia 17, às 16h  
Comentários: André Kleinert

**DUAS INGLESA E O AMOR**  
(*Les deux anglaises et le continent*, França, 1971, 132 min)  
Sessões: dia 17, às 19h; dia 18, às 16h  
Comentários: Leonardo Bomfim

**A HISTÓRIA DE ADÈLE H.**  
(*L'histoire d'Adèle H.*, França, 1975, 94 min)  
Sessões: dia 18, às 19h; dia 19, às 16h  
Comentários: Gabriela Silva (PUCRS)

**A NOITE AMERICANA**  
(*La nuit américaine*, França/Itália, 1973, 115 min)  
Sessões: dia 19, às 19h; dia 20, às 16h; dia 29, às 16h  
Comentários: Luís Edegar Costa (UFRGS)

**NA IDADE DA INOCÊNCIA**  
(*L'argent de poche*, França, 1976, 102 min)  
Sessões: dia 20, às 19h; dia 21, às 16h

**O HOMEM QUE AMAVA AS MULHERES**  
(*L'homme qui aimait les femmes*, França, 1977, 118 min)  
Sessões: dia 21, às 19h; dia 22, às 16h; dia 29, às 19h  
Comentários: Milton do Prado (Unisinos) e Tânia Cardoso (UFRGS)

## MÚSICA

### Unimúsica 2014 Série compositores - a cidade e a música

Para celebrar os 80 anos da UFRGS, o evento celebra compositores gaúchos que possuem uma forte relação com Porto Alegre e tiveram algum vínculo com a Universidade. Entrada franca.

**ENCONTRO COM CELSO LOUREIRO CHAVES**  
Data: 5 de novembro  
Local e horário: Salão de Atos, 16h  
Inscrição gratuita no site [www.difusaocultural.ufrgs.br](http://www.difusaocultural.ufrgs.br)

**HOMENAGEM A ARMANDO ALBUQUERQUE**  
Data: 6 de novembro  
Local e horário: Salão de Atos, 20h  
Retirada de ingressos a partir do dia 3, mediante doação de 1 kg de alimento por ingresso.

## ESPECIAL

### Conferências UFRGS

Com o tema “Passado mais que presente”, o conjunto de palestras tem a intenção de mostrar como ideias e realizações do passado continuam presentes no contexto da sociedade e da Universidade.

**GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA: LIMITES E POSSIBILIDADES DE MODERNIZAÇÃO**  
Conferência com Ário Zimmermann  
Data: 5 de novembro  
Local e horário: Sala Fahrion, às 19h  
Entrada franca

**O QUARTO VERDE**  
(*Le chambre verte*, França, 1978, 94 min)  
Sessões: dia 22, às 19h; dia 24, às 16h  
Comentários: Cesar Almeida

**AMOR EM FUGA**  
(*L'amour en fuite*, França, 1979, 95 min)  
Sessões: dia 24, às 19h; dia 25, às 16h  
Comentários: Flávio Guirland

**O ÚLTIMO METRÔ**  
(*Le dernier métro*, França, 1980, 127 min)  
Sessões: dia 25, às 19h; dia 26, às 16h  
Comentários: Fatimarei Lunardelli (UFRGS)

**A MULHER DO LADO**  
(*La femme d'à côté*, França, 1981, 101 min)  
Sessões: dia 26, às 19h; dia 27, às 16h  
Comentários: Tânia Cardoso (UFRGS)

**DE REPENTE, NUM DOMINGO**  
(*Vivement dimanche!*, França, 1983, 111 min)  
Sessões: dia 27, às 19h; dia 28, às 16h  
Comentários: Jessica Bandeira

### HOMENAGEM A VITOR RAMIL

Data: 27 de novembro  
Local e horário: Salão de Atos, 20h  
Retirada de ingressos a partir do dia 24, mediante doação de 1 kg de alimento por ingresso.

### Vale Doze e Trinta

A iniciativa proporciona um espaço para a apresentação de espetáculos artísticos feitos por integrantes da UFRGS. Entrada franca.

**BALLET UFRGS 2014**  
Ensaio aberto do grupo que representa o curso de Licenciatura em Dança da Universidade.  
Data: 11 de novembro  
Local e horário: Praça central do Câmpus do Vale, às 12h30

## ONDE?

► **Parque da Redenção**  
João Pessoa, s/n.  
Fone: 3308-3034

► **Praça Central do Câmpus do Vale**  
Benito Gonçalves, 9.500  
Fone: 3308-3933

► **Sala João Fahrion**  
Paulo Gama, 110, 2.º andar  
Fone: 3308-3933

► **Sala Redenção**  
Luiz Englert, s/n.  
Fone: 3308-3933

► **Salão de Atos**  
Paulo Gama, 110  
Fone: 3308-3066

# Um matemático no comando

**Roberto Markarian**

*De ex-aluno da UFRGS a reitor da Universidad de La República do Uruguai*

Ânia Chala

Em 2 de setembro, Roberto Markarian foi empossado como reitor da Universidad de La República (Udelar) do Uruguai. Líder estudantil, preso político, aluno graduado e pós-graduado pela UFRGS, matemático de renome internacional: esse seria o resumo da ascensão desse filho de armênios, nascido no bairro operário de La Unión, em Montevideu. Mas, tal descrição não dá conta da história de um homem que amargou dez anos nas prisões uruguaias e, quando saiu, voltou à sala de aula como estudante.

Ele viveu dos três aos 30 anos no mesmo bairro onde sua mãe, Susana, reside até hoje. Filho de armênios pelo lado do pai e da mãe, Roberto diz que seus avós decretaram a separação de sua família quando ele era um bebê. Ele ficou com a mãe, enquanto o irmão Sergio, que hoje é técnico de futebol, foi viver com o pai. “Devo minha formação à família materna e à minha mãe em especial. Ela teve pouco estudo, mas muito senso prático e, imitando os vizinhos cultos do bairro, consegui fazer de mim o que sou.” Como o pai e o irmão haviam se mudado para Buenos Aires, o tio Martín tornou-se sua referência masculina. “Ele me presenteou com um livro sobre os astecas, que devorei, porque na minha casa não havia nada de cultura. Era um ambiente de armazém. Martín me trazia livros de literatura e algum alento de vida intelectual. Tive uma formação em grande parte autodidata e muito incentivada por minha mãe”, recorda.

**Filatelia e futebol** – À época, os anos 1950, o ensino público primário e secundário no Uruguai era excelente. “Uma professora de Literatura que havia viajado à Europa promovia sessões de slides das obras do Museu do Prado aos sábados em sua própria casa.” O garoto Roberto lia Balzac, García-Marquez, Cortázar, Vargas-Llosa e também textos políticos. Aos 15 anos, jogava basquete e futebol. “Eu e meu grande amigo, Jorge Schinca, éramos vistos como os garotos raros do bairro, pois estudávamos muito. Ele se tornou professor da Faculdade de Arquitetura.”

Além da leitura e do esporte, Roberto colecionava selos, paixão que mais tarde abandonaria, embora ainda mantenha sua coleção na casa materna. “Eu sempre digo a ela que, quando formos pobres, os venderemos!”, comenta sorrindo.

Ingressou na faculdade em 1964, aos 17 anos, e era bom estudante.



RAMON MOSER/JU

Começou a cursar engenharia na Udelar, mas logo percebeu que seu interesse era mesmo pela matemática. “Fui atraído por grandes figuras da Faculdade de Matemática, como Rafael Laguardia e José Luis Massera, destacados professores e intelectuais”, relembra. Mas a política, logo o atraiu: “Já no primeiro ano, ingressei no grêmio estudantil e me tornei presidente. Aos sábados, tinha aulas de desenho e, como morava longe da faculdade, tinha de sair de manhã cedo, carregando uma grande prancheta. Assitia primeiro a aula, logo ia ao clube de filatelia, participar de leilões de selos. Depois, seguia para o cinema universitário. Tudo isso carregando a tal prancheta por toda a cidade”. Nessa época, tinha duas namoradas: uma colega do curso de engenharia e uma antiga colega do tempo do liceu, com que mais tarde se casaria.

**Mongólia** – Em 1967, aos 21 anos, Roberto viajou à Ulan Bator, capital da Mongólia, como delegado da Federação de Estudantes do Uruguai para um congresso da União Internacional de Estudantes. “Mandava cartas para as duas e, lá pelas tantas, me lembro de ter colocado o mesmo nome nos dois envelopes. Estava no fim do mundo e o papel era difícil! Tive de apagar um dos envelopes, mas creio que se reconhecia o nome”, revela bem-humorado. Em 1971, ele casou-se com Leny.

Um detalhe curioso é que seu único contato com o pai ocorreu pouco antes dessa viagem, pois ele precisou da autorização paterna para fazer o passaporte. “Nosso encontro foi tão estranho que daria um filme: marcamos em uma esquina do centro de Montevideu e ambos nos apresentamos como Markarian. Depois disso, embora ele tivesse retornado ao Uruguai, nunca mais o vi. Coisa de armênios!”

A partir de 1968, o Uruguai viveu muita agitação social – havia repressão e grande mobilização de estudantes e operários. Entre 1969 e 1971, Roberto foi membro do Conselho Diretor Central da Udelar como representante dos estudantes. “Eu já era militante político bastante ativo, mas digo que o que sei de matemática aprendi quando tinha entre 18 e 21 anos.”

**Prisão** – Em 1973, quando chegou a ditadura, atuava como dirigente da Juventude Comunista e vivia à beira da clandestinidade. “Após acabar com o movimento dos Tupamaros, do qual o presidente Mujica fazia parte, os militares fecharam a Universidade, onde eu já lecionava. Fiquei desempregado e comecei a dar aulas particulares para os filhos das famílias ricas de Montevideu.”

Nesse período, Roberto ia à Universidade de Buenos Aires para ensinar equações diferenciais, sua especialidade. Ali voltou a estudar com o professor Jorge Lewowicz. “Ele foi meu mestre e quem me sugeriu estudar as coisas que me tornariam conhecido no mundo da matemática”, relembra. Finalmente, em 1976, foi preso. “Nunca fui guerrilheiro, mas acabei encarcerado por razões políticas. Em sete anos, passei por três prisões. Esse tempo, somado aos três anos em que vivi clandestinamente, perfazem 10 anos em que fiquei afastado da matemática.”

Nos primeiros meses como prisioneiro, Roberto foi muito torturado. “Nas prisões controladas por militares, o rigor era maior. Minha filha Vânia, de apenas quatro anos, eu via somente uma vez ao mês, e por não mais do que meia hora. Minha mãe e minha esposa podiam visitar-me mensalmente por cerca de 10 ou 15 minutos cada uma. Afra isso, tinha uma hora para caminhadas diárias no pátio. O restante

do tempo, passava encarcerado.” O apoio da família e sua paixão pela leitura foram cruciais para ajudá-lo a suportar esse período: “Li Thomas Mann, Joyce e Cervantes, mas os compêndios de matemática eram vetados, porque os militares não entendiam os símbolos. Também li Raimundo Lúlio, filósofo, poeta e teólogo catalão do século XIII.”

“O que restou de bom daquela época foi que me tornei mais compreensivo com as pessoas, porque situações extremas te obrigam a aceitar outras opiniões”, reflete. Na prisão Roberto aprendeu a trabalhar com couro e madeira, confeccionando carteiras e pingentes. Quando era enviado à cozinha para ajudar na elaboração das refeições, comemorava, pois, além de poder se alimentar melhor, era possível conversar com outros presos.

**Recomeço em Porto Alegre** – “Quando saí da prisão, no final de 1982, Leny tinha um câncer linfático e fazia tratamento quimioterápico. Recebi convites para deixar o Uruguai, mas decidi ficar, por conta da saúde de minha mulher e também porque não queria abandonar o país.” Alguns meses mais tarde, ele foi convidado a se matricular no Instituto de Matemática da UFRGS pelo professor Marcos Sebastiani. “Ele me ofereceu uma transferência voluntária e tive de fazer uma prova para o ingresso. Todos achavam estranho um homem de 37 anos, já formado em matemática, estudando na graduação”, comenta, agradecendo a solidariedade recebida por parte dos professores Sebastiani e Gelsa Knijnik. Como era preciso permissão da polícia para sair do país, Roberto usava como alibi para as viagens regulares a Porto Alegre as visitas ao amigo Sebastiani. “Finalmente, em 1985, tive de cursar disciplinas de Estudos dos Proble-

mas Brasileiros e precisei morar na capital gaúcha. Aí comecei a me afastar de minha mulher, porque arrumei uma namorada, Teresa, que era médica encefalografista.”

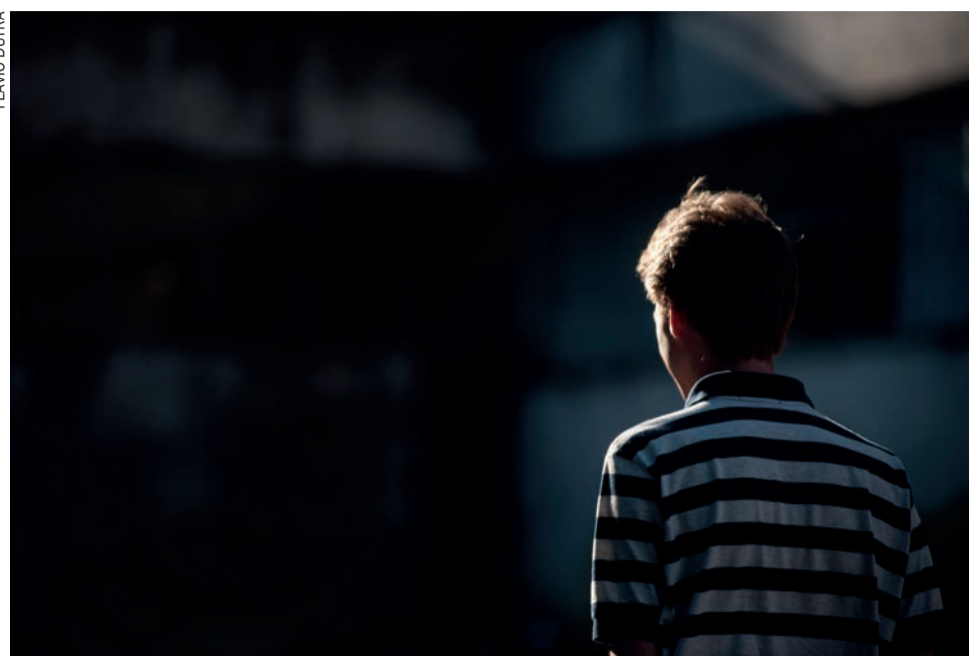
Ainda no período em que viveu na capital, Roberto começou a cursar disciplinas da pós-graduação, tendo aulas com Artur Lopes. “Reencontrei um amigo uruguio que vivia em Porto Alegre, chamado Alejandro Borché, professor de Matemática Aplicada no Instituto de Pesquisas Hidráulicas, que me hospedou em sua casa.” Quando concluiu o bacharelado, em julho de 1985, o Uruguai já vivia uma democracia, e Roberto foi reintegrado à Universidad de La República como professor. “Em seguida, concluí minha tese de mestrado na UFRGS, sob a orientação de Artur Lopes, e pude ascender na carreira, tornando-me docente da Faculdade de Arquitetura”, relata.

**Rio e Moscou** – Ao final do mestrado, em 1988, Jacob Palis, pesquisador do Instituto de Matemática Pura e Aplicada do Rio de Janeiro, soube da existência de um aluno uruguio que tinha sido discípulo de Jorge Lewowicz e convidou Roberto a fazer o doutorado. “Completei o curso em dois anos, pois cheguei com o trabalho quase pronto. Até hoje, mantenho contato com a equipe de lá.” De volta ao Uruguai, surgiu a oportunidade de um pós-doutorado na Academia de Ciências de Moscou na área da dinâmica caótica, que estuda os movimentos desordenados. Nessa época conheceu Nikolai Chernov, com quem fez várias pesquisas e, anos mais tarde, publicaria *Chaotic billiards*, uma referência na área.

Avô de Juana e prestes a completar 68 anos, ele aproveita o tempo livre para ir ao cinema e ler a obra do escritor japonês Yasunari Kawabata.



FLÁVIO DUTRA



FLÁVIO DUTRA



RAMON MOSER



RAMON MOSER



CADINHO ANDRADE



GUSTAVO DIEHL



GUSTAVO DIEHL

1 A cena, o registro que se atemporaliza, do dedo que dispara à cena, o frame, o flagrante. Nada é efêmero. O todo é uma composição sinfônica. A foto, um acorde.

Fotos guardadas. Relíquias. Memória. Testemunho. Prova de que já existimos antes de hoje. Nossa memória será sempre insuficiente.

2 O registro fotográfico emula uma impressão. Constituída de contrastes, é a fixação de uma sensação composta na retina do artista. O que vemos na imagem é, portanto, uma proposta de sua construção pelo caminho inverso.

3 Furta-cor, furtar a cor, esmaecê-la ou pigmentá-la ao extremo com o olho virtual da câmera que se mescla ao olho quase real (do artista).

4 Entre as quatro paredes do frame, cumpre pena o fragmento suspeito do tempo. Qual seu delito?

5 Entre o aqui e o acolá, o fotógrafo persegue a nitidez das próprias ideias na obscuridade fora de foco da realidade.

6 Eis o papel do fotógrafo: provar que há vida sensível. Ainda que o registro mostre não mais que o detalhe de um rochedo.

# De dentro

*Fotógrafos da UFRGS mostram como veem a diversidade da instituição a partir da rotina de seu trabalho*

FOTOS CADINHO ANDRADE FLÁVIO DUTRA GUSTAVO DIEHL RAMON MOSER

TEXTO ANTÔNIO FALCETTA MABEL FRICKE

AS FOTOS DESTA PÁGINA INTEGRAM A EXPOSIÇÃO **DE DENTRO**, EM QUE FOTÓGRAFOS DA UFRGS COMEMORAM OS 80 ANOS DA INSTITUIÇÃO A PARTIR DE SEU TRABALHO, EM EXIBIÇÃO NO SAGUÃO DA REITORIA ENTRE 24 DE NOVEMBRO DE 2014 E 30 DE JANEIRO DE 2015.



# Oitenta bem vividos

## História

*Ao completar oito décadas de existência, a Universidade relembra os momentos-chave de sua expansão e comemora a adoção de políticas de inclusão social e a criação do novo Câmpus Litoral Norte*

É **IMPOSSÍVEL SABER** quantas pessoas já passaram pela Universidade nesses 80 anos de história. Boa parte delas viveu os momentos marcantes da instituição que representa um pouco a própria trajetória de Porto Alegre e do desenvolvimento do estado.

A UFRGS acompanhou o crescimento da cidade no início do século passado e a ascensão política e econômica do Rio Grande do Sul. A Faculdade de Engenharia, criada antes da federalização da instituição, foi o núcleo da proposta republicana e positivista de ensino superior no estado.

Por sua vez, a comunidade acadêmica viveu a efervescência cultural e as mobilizações políticas das últimas décadas. Seus alunos, professores e servidores foram vítimas da dura repressão implantada pelo regime ditatorial com a “Operação Limpeza”. Assim como a Universidade passou pelos sombrios anos de ditadura, também viveu o florescer de novos tempos com a redemocratização e os programas de inclusão social.

Os últimos anos foram de consolidação da política de cotas, assim como da expansão do ensino, com a ampliação de vagas e cursos. Profundamente enraizada na capital, a Universidade também se voltou para uma das poucas regiões do interior do estado que não sofre com a diminuição da população: o Litoral Norte.

**TEXTO**

**SAMANTHA KLEIN**

**FOTOS**

**FLÁVIO DUTRA**

**RAMON MOSER**



# Um olho no passado...

Doze edificações do Câmpus Centro foram incluídas no Projeto de Recuperação do Patrimônio Histórico da UFRGS, que, desde 2000, tem contado com o apoio de empresas e de pessoas físicas



## Contestação estudantil



O PROFESSOR CLÓVIS WANNMACHER COMEMORA, em 2014, 50 anos de formatura. Mesmo sem vinculação política antes da constituição do governo militar, o então estudante participou indiretamente do Movimento da Legalidade. “Havia a possibilidade de bombardeio do Palácio Piratini e estávamos apavorados. No RU, o pessoal ligado ao Brizola inscrevia os alunos para participarem da luta armada, se fosse preciso. Não pensei duas vezes e me alistei. Quando Jango foi deposto, fiquei pensando que, se aquelas listas fossem encontradas, todos nós estaríamos fritos”, recorda.

Na Universidade, o coronel Natalício da Cruz Correa assumiu a Assessoria de Segurança e Informações. Diversas decisões passavam pelo militar, inclusive o aval para os expurgos. Mesmo antes da chegada dele, em 1969, a repressão ao movimento estudantil já havia iniciado.

No final de 1964, os estudantes da Filosofia elegeram novamente a esquerda para dirigir o Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt, após a cassação do presidente da entidade, Flávio Koutzii. A passeata dos bixos de 1966 expressou o repúdio à supressão da democracia. Inspirados no enredo da peça “Liberdade, Liberdade”, de Millôr Fernandes e Flávio Rangel, os alunos da “Filô” caminharam pelo centro da capital mudos e sérios, vestindo camisolões pretos.

## Expurgados pela ditadura

“A GENTE NÃO ESPERAVA que o golpe chegasse à academia. Professores reconhecidos, como Ângelo Ricci e Gerd Bornheim, expoentes na área da teoria literária e filosofia, sumiram das salas de aula de repente. Lembro-me das classes despovoadas. Foi um processo profundamente triste e marcante para a nossa formação”, considera a professora do Instituto de Letras Zilá Bernd, que à época era estudante do curso de Letras. A professora estudou no período em que o regime militar recém havia sido imposto ao país.

De 1964 a 1969, a Universidade teve 41 de seus professores mais renomados expulsos da instituição por meio da “Operação Limpeza”. Ideologicamente inspirada na Doutrina de Segurança Nacional dos EUA, foi realizada uma devassa em diversos setores da sociedade brasileira, a fim de evitar a oposição ao governo.

Logo após a promulgação do Ato Institucional N.º 1, em abril de 64, Comissões Especiais de Investigação Sumária (CEIS) foram instaladas nas universidades com o objetivo de incentivar as delações por parte de professores, alunos e servidores. As denúncias ocorreram por conta do alinhamento ideológico dos membros dessas comissões ou devido a disputas por cargos dentro das universidades. No final de setembro daquele ano, 18 professores da UFRGS foram afastados, conforme relata o historiador Jaime Valim Mansan em sua tese sobre os expurgos. Cinco anos depois, com a edição do AI-5, outros 13 docentes seriam demitidos. Entre eles, Leônidas Xausa, das Ciências Sociais, membro do MDB, e Joaquim José Barcelos Felizardo, que era professor do pré-vestibular do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia, com ligações com o PCB. Porém, outros professores, como Ângelo Ricci e João Carlos Brum Torres, não tinham ligação com partidos políticos.

“Como eu era crítico nas aulas, um dia alguns alunos vieram conversar comigo e disseram que o fulano era ‘rato’ [policial]. Tive de manejar minhas críticas. Era comum os militares utilizarem uma vaga para alguém para vigiar o comportamento de estudantes e professores”, recorda o ex-diretor do ICBS e ex-aluno da Medicina Clóvis Wannmacher.

## Anos de chumbo

ATÉ QUE O AI-5 FOSSE INSTITUÍDO, em dezembro de 1968, o movimento estudantil foi efervescente. Com a proposta de Reforma Universitária em pauta, protestos foram realizados em Porto Alegre em março de 1968 e uma greve geral dos estudantes foi decretada no final daquele mês. Pouco tempo depois, mais de 700 alunos cercaram a Faculdade de Filosofia – o grande centro de discussão e reunião política – para reivindicar a sua participação nos processos decisórios da Universidade. O acordo de reforma universitária foi assinado em julho. As manifestações contra o regime militar com integrantes da academia foram constantes até dezembro daquele ano.

A fim de desburocratizar o processo expurgatório, o Decreto N.º 477 foi editado em fevereiro de 1969. Este simplificava a expulsão de professores, estudantes e servidores técnico-administrativos que praticassem atividades consideradas “subversivas”, como participar de passeatas, elaborar e distribuir panfletos.

O jornalista Luiz Oscar Matzenbacher foi uma das vítimas da repressão. O DCE divulgou o panfleto *Morre um estudante*, questionando a prisão, a tortura e o assassinato do acadêmico de engenharia Ary Abreu Lima da Rosa, conhecido como “Oscarito”, de 21 anos de idade. Até hoje não foram esclarecidas as circunstâncias da morte do jovem na Base Aérea de Canoas, onde cumpria pena de seis meses de prisão. Por conta do material distribuído, o Decreto 477 foi aplicado a Matzenbacher e a outros três alunos.

“Tentei rematricula na PUCRS, mas não consegui. O decreto não permitia que o expurgado estudasse em lugar algum. Acabei sendo preso em São Paulo, o que foi muito pior. Ligado à UNE, estávamos preparando os festejos dos 50 anos da Semana de Arte Moderna com espetáculos nas principais universidades do país, no início de 1972, e isso chamou a atenção da repressão”, relembra. Luiz Oscar pôde retornar à UFRGS somente dois anos mais tarde quando desistiu definitivamente do curso de Ciências Sociais para ingressar no Jornalismo. A luta estudantil também teve de ficar para trás.

## Greves e mobilização

O FINAL DA DÉCADA DE 70 foi marcado pela retomada da mobilização das entidades sindicais em todo o país, impedidas de atuar depois da publicação do Ato Institucional N.º 5. A crise econômica e o arrocho salarial motivaram a reorganização do movimento por diversas classes trabalhadoras. Após as greves do ABC paulista, a partir de 1978, e da intervenção do governo, os protestos começam a se espalhar por todo o país.

O ano de 1979 foi marcado por paralisações de diversas categorias no Rio Grande do Sul. Segundo o Sindicato dos Bancários, metade dos 34 mil funcionários dos bancos aderiu ao movimento por melhores salários. Médicos da Santa Casa, professores do magistério estadual, empregados da construção civil, caminhoneiros, trabalhadores do transporte coletivo da capital e dos transportes de carga também resolveram protestar por melhores condições de trabalho. Enquanto o governo mantinha a política da “abertura lenta e gradual”, a Lei da Anistia foi aprovada pelo Congresso.

Os professores da UFRGS também estavam descontentes e passaram a se reunir em assembleias. A Associação dos Docentes da UFRGS foi criada na esteira da contestação às contratações de docentes sem concurso, com baixos salários e sem direitos trabalhistas. A primeira greve, em 1980, foi impulsionada pelo Pacote da Educação do ministro Eduardo Portella, que previa medidas impopulares. Outras paralisações ocorreriam na primeira metade da década.

“A ditadura foi muito esperta. Fomos admitidos como professores assistentes sem concurso. Era uma tentativa de acalmar os ânimos de todos, já que havia uma inquietação muito grande nas universidades e as assembleias transbordavam de gente. O movimento foi esvaziado por conta disso. Fui fazer o concurso muitos anos depois para professor titular”, recorda Zilá.



FOTOS: RAMON MOSER/JU



DIVULGAÇÃO PESSOAL



## Expansão da Universidade

UM DOS GRANDES MARCOS DO CRESCIMENTO DA UFRGS foi o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), que, mesmo inacabado, teve suas portas abertas em 1972. Pouco tempo depois, a Faculdade de Medicina foi transferida para o Clínicas e o prédio histórico passa a ser ocupado pelo Instituto de Biociências. “Lembro que o Câmpus Central não tinha as grades, e as pessoas entravam livremente para ver os vitrais junto à escadaria e ao salão oval”, recorda a professora do Departamento de Biociências Maria Lúcia Scroferneker.

Em 1977, o Câmpus do Vale foi inaugurado, sendo transferidas para o local as atividades do curso de Letras e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. A mudança foi uma estratégia para dispersar os estudantes dos cursos mais contestadores ao regime militar. “A Reforma Universitária já tinha iniciado esse processo de enfraquecimento da coesão dos alunos. Ao criar disciplinas básicas para todos os cursos, os grupos começam a perder força. A saída de um instituto do centro da cidade teve a mesma proposta”, considera o professor Clóvis Wannmacher.

Com a federalização da instituição em 1950, a Universidade deixou de ser um estabelecimento voltado somente ao ensino para dedicar-se também à produção de conhecimento científico. Foram implantados os primeiros grupos e centros de pesquisa. Inicialmente, a atividade foi impulsionada pela Genética, que funcionava nos porões do prédio do Direito, e pela Física, localizada no edifício ao lado da ex-Química, hoje conhecido como Anexo I da reitoria. Por meio de um convênio com a Capes, a instituição trouxe o cientista argentino Bernardo Houssay, Prêmio Nobel de Medicina, para organizar e dar início à investigação científica em Fisiologia.

## Bailes que marcaram

O CONJUNTO MELÓDICO NORBERTO BALDAUF (foto) e um copo de gin ou cuba libre eram suficientes para colocar mocinhas e rapazes a dançar no salão da reitoria desde o final dos anos 50 até meados da década seguinte. Ao som do rockabilly de Jerry Lee Lewis e Elvis Presley e do choro de Pixinguinha, a rapaziada da época não perdia os bailes realizados no prédio construído para abrigar a administração central da UFRGS. Festas dos bixos, de formatura ou eventos oficiais estavam sempre lotados.

Enquanto as garotas tinham de ir acompanhadas, os rapazes aproveitavam para chegar na maior “beca”, a fim de impressioná-las. “De forma alguma uma menina viria ao baile sem os pais, não pegava bem. Como meu pai era muito baixinho e o salão muito grande, ele perdia o controle. Uma vez ele foi flagrado ao subir em uma cadeira e dizer ‘só na periferia, só na periferia’. Essa frase ficou célebre para nós da família. Se fosse hoje, teria virado vídeo do Youtube”, recorda a professora Zilá Bernd.

“Nós vínhamos bem bonitas, de traje social, e os homens, de terno e gravata. Naquela época a gente não ouvia falar em drogas, no máximo, uma bebedeira. Depois do baile, se as pessoas quisessem sair para jogar boliche, poderiam sair caminhando tranquilamente pela Osvaldo Aranha”, ressalta Maria Lúcia Scroferneker.

## Preservação patrimonial

MUITO ANTES DE SE TORNAR A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, a instituição herdou construções centenárias, como a Faculdade de Medicina, erguida em 1898, e o prédio do Liceu de Artes e Ofícios, que futuramente se tornaria a Escola de Engenharia. Cem anos após o marco inicial da Faculdade de Medicina, o projeto de Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural foi aprovado pelo Programa de Apoio à Cultura do Ministério da Cultura (PRONAC), com o objetivo de preservar os edifícios por onde passaram expoentes como Getúlio Vargas, Protásio Alves e Sarmiento Leite.

A Secretaria do Patrimônio Histórico foi criada em 2000 a fim de colocar o projeto em prática. Contando com o apoio financeiro de empresas e de pessoas físicas de todo o estado, a iniciativa conseguiu recuperar cinco dos doze prédios previstos nesse período. O edifício da Engenharia Mecânica ainda está em obras. A próxima etapa será o início da restauração do antigo Instituto de Química. A Secretaria, atualmente um setor da Superintendência de Infraestrutura (Suinfra), ainda aguarda a aprovação da captação de recursos para viabilizar o restauro da Capela de São Pedro, pertencente à Estação Experimental Agrônômica que a Universidade mantém em Eldorado do Sul.

Arquiteta com experiência de mais de 40 anos na área de preservação do patrimônio histórico, Briane Bicca é uma das colaboradoras que aderiu ao projeto de preservação da Universidade. Além de ser uma forma de valorizar a própria atuação no setor de restauro, é uma maneira de contribuir com o ensino. “Vejo a contribuição como um retorno por tudo aquilo que a Universidade me proporcionou, como a vivência social e cultural. O fato de ser uma instituição pública e a única faculdade de arquitetura no estado nos anos 60 também é determinante para a minha formação. Sempre me senti muito grata”, destaca a ex-aluna.

## Protásio Alves, o fundador

APESAR DE O PAINEL PRINCIPAL do Conselho Universitário (Consun), pintado por Aldo Locatelli, homenagear em primeiro plano o médico Sarmiento Leite, Protásio Alves o antecedeu na Universidade. Foi professor de Sarmiento e contribuiu determinantemente para a fundação da Faculdade de Medicina, em 1898, período de desenvolvimento impulsionado pelo positivismo de Júlio de Castilhos.

Natural de Rio Pardo, o pai e o avô eram boticários. Com a morte precoce do pai, o padrasto foi decisivo para que ele seguisse a carreira de médico. Aos 17 anos, embarcou em um navio para o Rio de Janeiro, onde faria o curso de medicina. Em um período de assistência obstétrica precária, fundou o Curso de Partos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, onde realizaria a primeira cirurgia cesariana do estado em uma gestante descendente de escravos.

Ainda no final do século XIX, liderou o movimento para fundar a Faculdade de Medicina. “Sempre achei que ele não havia recebido o devido valor. Por isso, fiz a pesquisa que resultou na biografia de meu avô”, conta a professora aposentada da Fabico Martha Alves D’Azevedo, neta de Protásio Alves. “Apesar da importância que teve como estadista, era um homem simples e de bom trato com todos. Lembro ainda que ele sempre me chamava para almoçar e de seu amor todo especial pelas roseiras que cultivava pessoalmente”, complementa a neta do político.

No prédio em que ajudou a fundar a Faculdade de Medicina, Getúlio Vargas foi empossado mandatário do Rio Grande do Sul em 1928. Depois desse ato no Salão Oval, muitas seriam as revoluções na Universidade, no estado e no país.

## Mais vagas

A AMPLIAÇÃO DA UNIVERSIDADE renovou o ensino da UFRGS com a abertura de novos cursos e a expansão do número de vagas. Em cursos como o Direito, por exemplo, o número dobrou. A instituição aderiu ao programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que disponibilizou 70 milhões de reais para a construção de prédios, a aquisição de materiais e a contratação de profissionais.

Mais de mil vagas foram abertas desde 2008. Um dos marcos da expansão foi a criação do Curso de Odontologia noturno em 2010. A graduação, historicamente voltada a alunos que tenham disponibilidade para se dedicar em tempo integral ao curso, passou a incorporar estudantes que trabalham durante o dia. Com duração de oito anos, o perfil do curso mudou nos primeiros vestibulares com o ingresso de alunos muitas vezes já formados em áreas completamente distintas.

“Quando soube que havia a oportunidade de cursar Odontologia à noite, fiz todo o esforço para passar no vestibular. Foi como vislumbrar um sonho, porque eu já trabalhava na área, com formação em auxiliar e técnica em saúde bucal”, destaca a aluna Juliana Beatris do Nascimento (foto), de 31 anos. Ela ingressou na primeira turma e, pouco depois, foi aprovada no concurso da Universidade para trabalhar na Faculdade de Odontologia. Moradora de Viamão, antes de ingressar no quadro de servidores da UFRGS, Juliana trabalhava em Gravataí, nas equipes de Estratégia da Saúde da Família. Apesar de não precisar rodar 500 km por semana, tem uma vida dura ao conciliar trabalho, aulas e finais de semana de estudos.

Ainda faltam cinco anos para a formatura, mas a aluna já pensa em manter a atuação com saúde pública. “Gosto do termo cuidador, que implica ouvir o paciente. Inclusive o currículo da Odontologia foi reformado para que os alunos tenham alguma formação para isso. É uma pena que a opção pela saúde pública ainda seja minoritária entre os colegas. A Odontologia, historicamente, é uma profissão para a elite. O lucro, então, ainda é um objetivo para a escolha da carreira”, sublinha.

## Ações afirmativas

ESTUDANTE DO TERCEIRO SEMESTRE DE ODONTOLOGIA, Jéssica Vaz da Silva não pensava em sair da Terra Indígena de Nonoai. Sempre desejou continuar os estudos e se especializar, mas não teria condições financeiras para viver em Porto Alegre. Além disso, o ensino que obteve na aldeia nos primeiros anos de estudo é diferente do que, em geral, é cobrado como conteúdo obrigatório no vestibular. “Tenho algumas dificuldades no curso, mas os alunos monitores ajudam muito a reforçar as disciplinas mais difíceis”, destaca. Jéssica foi aprovada no curso por meio do sistema de cotas do vestibular especial, voltado a indígenas, em 2012. A jovem de 20 anos reconhece que o Programa de Ações Afirmativas foi determinante para a conquista e, embora ainda tenha um longo caminho na faculdade, já pensa no trajeto de retorno: “Quero voltar à aldeia ou trabalhar em áreas indígenas na região de Porto Alegre, que também tem tribos. Vejo como um compromisso que desejo cumprir”, destaca.

A implantação do sistema de cotas pode ser considerada uma revolução no ensino público. Os programas de ações afirmativas deram oportunidade a estudantes que dificilmente conseguiriam ingressar em um curso de graduação nas instituições federais.



FLAVIO DUTRA/JU

## Novos horizontes

A RELAÇÃO COM O AMBIENTE COSTEIRO é relativamente recente, se comparada com a idade da UFRGS, mas desde o final dos anos 1970 o Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos (Ceclimar) é referência em recuperação de animais marinhos no município de Imbé. O local também é atração turística e, recentemente, abriu o curso de Biologia Marinha, realizado em parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Mas a Universidade resolveu se voltar ainda mais para a potencialidade do Litoral. No segundo semestre deste ano, o Câmpus Litoral Norte foi inaugurado em Tramandaí.

O centro universitário inicia as atividades acadêmicas com a oferta de 90 vagas para o Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (BICT) e 120 vagas para a Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza, voltado a professores da rede municipal. No BICT, o profissional tem uma formação aberta, mas o aluno ainda poderá buscar formação complementar em áreas como energia eólica, serviços e desenvolvimento regional – as “terminalidades” que serão oferecidas no Câmpus Litoral Norte nos próximos dois anos.

“Em cinco anos, o nosso estudante poderá sair com dois diplomas em ensino superior quando lançarmos os cursos complementares. Além disso, devido à destinação de vagas ao ENEM, a gente não aposta somente no impacto positivo para alunos do município, mas a própria presença da Universidade é um fator que deve desencadear desenvolvimento e trazer pessoas para cá”, considera a coordenadora-geral Dalva Padilha.

O Câmpus está localizado às margens da RS 030, a nove quilômetros do centro de Tramandaí, quase na divisa com o município de Osório. A área foi doada pela prefeitura de Tramandaí. Atualmente, o centro conta com 35 técnicos administrativos e 18 docentes em exercício. No total, estão previstos 96 técnicos e 95 docentes a serem nomeados até 2016.

“Quando soube que havia a oportunidade de cursar Odontologia à noite, fiz todo o esforço para passar no vestibular. Foi como vislumbrar um sonho, porque eu já trabalhava na área com formação técnica em saúde bucal”

**Juliana Beatris do Nascimento**

Estudante do quarto ano do curso de Odontologia

# ...outro no futuro